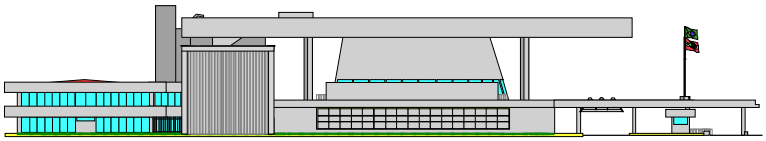
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX | FLORIANÓPOLIS, 27 DE ABRIL DE 2011 | NÚMERO 6.276

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dado Cherem

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Angela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XX - **NÚMERO 2276**
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 032ª Sessão Ordinária realizada em 26/04/2011 2

Publicações Diversas
Ata da Procuradoria 13
Ata de Comissão Permanente.. 14
Avisos de Licitação 14
Aviso de Resultado 14
Extratos..... 14
Fórum Parlamentar 15
Mensagem Governamental 16
Ofícios..... 16
Portarias..... 17
Projetos de Lei 21
Projeto de Emenda Constitucional..... 24
Redações Finais 24

PLENÁRIO

ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à situação da EEB Lauro Zimmermann, em Guaramirim; Comenta a revolta dos blumenauenses com a falta de efetivo da Polícia Militar na cidade.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda o episódio envolvendo o senador Roberto Requião e pede o fim do subsídio vitalício dos ex-governadores.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do vereador Irineu Behling, de Mondaí.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece comentários sobre a audiência pública em Blumenau e critica o *JSC* pelo comentário sobre o evento; refere-se ao lançamento do seu livro: *Bilhete no Muro*.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Corrobora a opinião do deputado Ismael dos Santos sobre a audiência pública de Blumenau.

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discorre sobre a situação das estradas federais e estaduais no estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Critica o estado de conservação das rodovias estaduais.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Posiciona-se quanto ao estado das rodovias federais e estaduais em SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Comemora o lançamento da pedra fundamental da nova unidade da GM do Brasil, em Joinville; pede atenção do governo estadual para a Cidade das Abelhas.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradece o empenho dos parlamentares para a audiência pública de Blumenau e apela para que a sociedade se mantenha mobilizada.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (aparte) - Cumprimenta os participantes da audiência pública realizada em Blumenau sobre segurança pública.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Aborda a continuidade das audiências públicas na região oeste; anuncia a análise do projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à instalação da GM em Joinville e à filiação de Udo Döhler ao PMDB.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Manifesta-se sobre sua candidatura à presidência do PSDB; analisa as afirmações do deputado Padre Pedro Baldissera sobre o repasse de recursos federais para a infraestrutura de SC.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Elogia a postura do deputado Marcos Vieira durante a convenção estadual do PSDB.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NEODI SARETTA - Coloca-se contra a proposta da CCJ de transformar em indicações os projetos de lei autorizativos considerados inconstitucionais.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende a iniciativa da CCJ.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Cumprimenta os acadêmicos de Direito da Furb presentes na Casa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Relata a audiência pública da subcomissão de atendimento de catástrofes da Câmara Federal;

convida para o 29º Congresso dos Gideões Missionários, em Camboriú.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Elogia o trabalho realizado pela comissão de Defesa Civil.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Incentiva o deputado Kennedy Nunes a continuar seu trabalho na comissão de Defesa Civil.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Comunica que acompanhará, em Brasília, os debates sobre o projeto do Código Florestal Brasileiro; informa encontro com a CEF para reivindicar a criação de coordenadoria de habitação rural para beneficiar a agricultura familiar.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Reporta-se a dois projetos de lei de sua autoria.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli convidado para ser palestrante em evento que discutirá o *bullying* escolar; pede mais recursos para os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e neste plenário, o deputado Dirceu Dresch e eu recebemos, no final da manhã de hoje, a visita de lideranças sociais e políticas de Guaramirim, que fica no norte do estado, formada por vereadores, professoras e pela APP da Escola de Educação Básica Lauro Zimmermann daquela cidade.

Evidentemente que a maioria dos deputados conhece a cidade de Guaramirim e sabe onde ela fica geograficamente localizada: bem ao lado de Jaraguá do Sul e bem perto de Joinville. A Escola de Educação Básica Lauro Zimmermann está interditada pela Vigilância Sanitária desde o ano passado por problemas de longa data, pois é uma construção antiga. Encheu a fossa da escola, deputado Jorge Teixeira, que, aliás, fica localizada embaixo da cozinha, e começou a vazar, de forma a inviabilizar o uso dos equipamentos hidráulicos, o banheiro e a própria cozinha. Então, a maior parte dos banheiros está interditada, como a cozinha, e recentemente a escola inteira foi interditada.

Foi feito um termo de ajustamento de conduta junto com o Ministério Público, com as autoridades do poder público estadual da região e da SDR de Jaraguá do Sul, e no mês de fevereiro nenhum dos pressupostos do TAC foi cumprido, de forma que a escola agora foi fechada completamente. Com isso, dos mais de mil estudantes que deveriam estar estudando na Escola Lauro Zimmermann, parte foi transferida para outros colégios e a maior parte, 572 alunos, está sem aula. Além disso, não se tem nenhuma informação de quando será dada uma solução para esse problema.

Falou-se bastante, nos anos passados, em se construir um prédio novo para a Escola Lauro Zimmermann, inclusive, promessas foram feitas. Pagou-se um projeto técnico para a construção da nova escola - é o que se comenta - em torno de R$ 40 mil. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, curiosamente, deputado Neodi Saretta, trocou-se o telhado do colégio gastando-se com isso mais de R$ 160 mil. Agora, neste momento, estão instalando aparelhos modernos de ar-condicionado, mas ela está interditada porque a fossa está entupida e não cumpre o seu objetivo.

Srs. deputados, isso serve para analisarmos a situação chegaram os serviços públicos essenciais do nosso estado, pois se trata de uma cidade situada numa região que tem fornecido secretários da Educação para Santa Catarina e, inclusive, um governador do estado.

É lamentável essa situação. Estamos dando alguns encaminhamentos, inclusive enviamos um requerimento à comissão de Educação, Cultura e Desporto, pedindo que faça uma visita formal àquela escola, a fim de constatar a situação e conversar com as autoridades do Poder Executivo, com vistas a superar o problema.

Fica, portanto, desde já o registro de uma constatação estarrecedora: os serviços públicos essenciais estão ficando cada vez mais abandonados. Aí se pode dizer: "Ah, o deputado Soares tem a intenção de fazer uma crítica porque é da Oposição". Não se trata disso. Não se trata de responsabilizar única e exclusivamente o atual governador, o atual secretário ou única e exclusivamente o ex-governador, o ex-secretário, mas todos os partidos e dirigentes políticos que têm governado o estado de Santa Catarina nos últimos 20, 25 anos.

Na mesma linha, somente trocando de setor, indo da educação para a segurança pública, quero informar que estivemos ontem, em Blumenau, participando de uma audiência pública da comissão de Segurança Pública requerida e coordenada pelo deputado Jean Kuhlmann, que é daquela cidade e faz parte da comissão.

Essa audiência pública da comissão de Segurança Pública foi a mais concorrida de que participei nesses mais de quatro anos em que estou exercendo o mandato de deputado estadual. Estava o maior "buzinaço" de taxistas no entorno da Câmara de Vereadores, de sorte que não dava sequer para chegar embarcado até lá. Na audiência havia lideranças sociais, lideranças empresariais, lideranças políticas da cidade, vereadores, vários deputados estaduais e autoridades da área da segurança pública.

Qual o problema? Há uma revolta bastante grande na cidade de Blumenau com a falta de efetivo policial, de bombeiros e de servidores da Segurança Pública.

É óbvio que a gota d'água para essa revolta foi o fato de estar indo apenas um delegado para Blumenau, dos mais de 200 policiais civis que se formaram na Acadepol e que dizem ter sido entregues à sociedade catarinense recentemente. Mas Blumenau, assim como várias outras cidades, vem protestando, requerendo, reivindicando e exigindo, por que não dizer, mais segurança pública, porque a pressão aumenta e também a segurança pública fica mais frágil em nosso estado.

Não obstante a contratação que se tenha feito na Polícia Civil, na Polícia Militar e no sistema prisional - e praticamente só isso porque bombeiros foram muitos poucos e é imensa a necessidade de mais bombeiros -, no Instituto Geral de Perícia é calamitosa a situação, a ponto de os mortos em acidentes ou vítimas de homicídios às vezes demorarem 12 horas ou mais para serem liberados pelo IML. Essa é uma situação indigna para o conjunto da nossa população!

Há dez anos vimos falando - desde que criamos a Associação de Praças - que a situação está ruim e vai piorar. Se formos considerar o tempo de exercício de mandato parlamentar, há quatro anos e meio vimos avisando que a situação está difícil e vai piorar. Porque é evidente que se cada vez se investe menos, se o número de policiais que sai por motivo de aposentadoria, principalmente, é maior do que o número de policiais que entra, a situação vai piorar.

Nos últimos anos estava na moda dizer que efetivo não é importante, que o importante é tecnologia e inteligência. Hoje em dia existem centenas, talvez milhares de câmeras instaladas nas principais cidades do estado, mas não há policiais para monitorar essas câmeras. E se houver policiais para monitorar, não vai haver policiais aqueles dentro das viaturas para abordar um cidadão em atitude suspeita nas ruas das cidades.

É preciso que se aja com mais responsabilidade com os serviços públicos essenciais. Serviço público essencial não combina com estado mínimo. Isso precisa estar na consciência de todos aqueles que exercem um cargo no poder público do estado.

Da mesma forma, é importante, fundamental e urgente contratar, sim, mais policiais e mais bombeiros. Mas é preciso ver também como se está tratando aqueles que já estão contratados, do ponto de vista do salário, da carreira e da dignidade. Então, ao mesmo tempo em que se contrata mais e fazem-se mais cursos - e estão fazendo cursos na Polícia Militar -, é preciso valorizar os servidores atuais, os policiais, os bombeiros e os agentes prisionais, que estão aviltados do ponto de vista do salário e que têm sido ofendidos, do ponto de vista da sua dignidade, perdendo até o direito de reivindicar nos últimos anos aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - SR. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, até motivado pelo episódio que aconteceu no Congresso Nacional, com a figura do ex-governador e hoje senador da República, Roberto Requião, pela maneira como reagiu ao ser questionado sobre o subsídio vitalício que recebe como ex-governador.

Ele agiu com a imprensa de uma forma deselegante e poderia muito bem ter dialogado e feito a sua defesa de outra forma, até mesmo mantendo o equilíbrio, o respeito, preservando a liberdade que a imprensa possui de interrogar e levar os fatos ao conhecimento da sociedade brasileira. Infelizmente, de uma forma totalmente desequilibrada, tomou o gravador do jornalista, depois tirou o *chip* e deletou toda a informação que o profissional, certamente, havia coletado para poder municiar o seu trabalho.

Quero trazer presente esse assunto porque, deputado Silvio Dreveck, historicamente, desde 2003, quando vim para esta Casa, iniciei um amplo debate em torno do subsídio vitalício dos ex-governadores e ingressei com várias ações judiciais.

Neste momento estou solicitando a documentação de Leonel Pavan e, com toda certeza, se o ex-governador estiver recebendo dos cofres públicos vamos ter o mesmo procedimento que tivemos com todos os outros ex-governadores, sem distinguir "a" ou "b", partido "a" ou partido "b". Esse é o nosso entendimento e vamos trabalhar até vencer essa batalha na Justiça, onde já tramita uma série de ações diretas de inconstitucionalidade impetradas em vários estados brasileiros.

Mas quero também engrandecer as decisões que já foram tomadas com relação a isso. Refiro-me ao Mato Grosso, que já liquidou essa questão, decisão que o próprio Supremo Tribunal Federal acatou, manifestando-se pela extinção do subsídio. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais deu entrada a um projeto de lei com vistas a extinguir esse subsídio e o governador do Paraná, Beto Richa, do PSDB, acatou o parecer da Procuradoria-Geral do Estado e determinou a imediata suspensão do pagamento do subsídio vitalício aos ex-governadores daquele estado. Infelizmente, os deputados paranaenses entenderam que devem manter o subsídio vitalício dos ex-governadores.

Estou fazendo esse relato todo para dizer que em Santa Catarina, além das ações que estamos discutindo na Justiça e das quais já obtivemos algumas vitórias, esperamos que o Supremo Tribunal Federal, que já tem parecer favorável, conclua seu julgamento o mais rapidamente possível e faça a devida suspensão do subsídio vitalício dos ex-governadores.

Mas além das ações, tramita na Casa uma PEC - Proposta de Emenda Constitucional - revogando o art. 195 da nossa Constituição, que garante o pagamento de subsídio vitalício aos ex-governadores. É claro que a proposta de emenda constitucional está fundamentada na inconstitucionalidade do art. 195 da Constituição Estadual, porque ele fere princípio da Constituição Federal. Por quê? Porque além de ferir os princípios da moralidade e da impessoalidade, o citado artigo equipara o salário de ex-governador ao de desembargador, o que é vetado pela Constituição Federal.

Portanto, esperamos que, após a tramitação da matéria na Casa, ela possa ser votada, aprovada, dando um grande presente à sociedade catarinense ao extinguir o subsídio vitalício dos ex-governadores. Essa seria uma atitude de justiça com o povo catarinense, porque, a bem da verdade, os ex-governadores não contribuíram com a previdência o tempo suficiente que lhes garantisse uma aposentadoria vitalícia no mesmo valor do subsídio de desembargador, ou seja, R$ 24 mil mensais.

Sabemos que os trabalhadores labutam durante 50 ou 55 anos e que muito deles, depois de todo esse tempo trabalhado, têm que entrar na Justiça para conseguir uma aposentadoria muitas vezes de um salário mínimo. Portanto, é uma tremenda injustiça com os trabalhadores e trabalhadoras do estado manter o subsídio vitalício dos ex-governadores.

Então, fazemos um apelo aos parlamentares no sentido de darmos um grande presente à sociedade catarinense: o fim do subsídio vitalício dos ex-governadores, através da revogação do art. 195 da Constituição de Santa Catarina.

Era o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do vereador Irineu Behling, de Mondaí, que está na capital tratando de assuntos do interesse do município, junto à Casan e a outros órgãos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, nesta minha intervenção, preciso fazer referência à audiência pública sobre segurança, deputado Jean Kuhlmann, que ontem v.exa., de forma bastante qualificada, comandou na cidade de Blumenau, como membro que é da comissão de Segurança Pública desta Casa. Foram três horas e meia de debate com a presença, inclusive, dos deputados Maurício Eskudlark e Sargento Amauri Soares e da deputada Ana Paula Lima.

Deputado Jean Kuhlmann, tenho elogiado muito a imprensa local, mas me permito discordar do *Jornal de Santa Catarina* de hoje, que traz na sua primeira página - e pena que eu não trouxe um exemplar - a seguinte expressão: blablablá, acho que uma centena de vezes.

É verdade que foram quatro horas de audiência pública, de um debate até efervescente, em certos momentos, de um debate questionador com o secretário de Segurança Pública, a quem, inclusive, na última sessão critiquei. E quero agora elogiar a coragem do secretário de Segurança Pública, o promotor de Justiça César Grubba**,** que esteve na Câmara de Vereadores de Blumenau ouvindo a comunidade, as lideranças, os parlamentares e levando números.

E daí o meu protesto contra do blablablá do *Jornal de Santa Catarina,* porque entendo que graças à organização da sociedade civil as coisas podem melhorar. E quero, inclusive, fazer uma deferência à atuação da Acib - Associação Comercial e Industrial de Blumenau -, na pessoa do seu presidente Ronaldo Baumgarten Júnior, que teve um papel importantíssimo em toda a discussão sobre segurança pública no vale do Itajaí; à participação da Câmara de Vereadores que, inclusive, esteve nesta Casa representada pelo seu presidente, vereador Jovino Cardoso; à participação dos deputados, que lá estiveram ontem, e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram com o debate.

Acho, sim, que aquela audiência pública trouxe resultados em números, e era isso que a sociedade de Blumenau e do vale do Itajaí queria ouvir, especialmente em relação ao efetivo. É verdade que da Polícia Civil não fomos contemplados com o que gostaríamos. Dos 202 policiais apenas um foi para Blumenau e nenhum para Lages. E aí questionamos se havia alguma interferência política ou se eram dados técnicos. A justificativa foi que de fato aqueles policiais haviam feito concurso para aquelas regiões e não poderiam ser transferidos.

Com relação aos policiais militares, que era o nosso grande questionamento, houve um compromisso - e iremos cobrar o cronograma, as datas e a aritmética propostos ontem, na audiência pública em Blumenau - de enviar para a região 49 policiais da turma de julho, 49 policiais de turma de janeiro de 2012 e 80 policiais da turma de novembro, perfazendo 165 novos policiais militares para Blumenau e região. E fizemos um apelo ao secretário de Segurança Pública para que 150 fiquem, de fato, na cidade de Blumenau.

Por isso, acho que a audiência pública foi proveitosa e resolutiva quando de fato atendeu ao nosso clamor, ao nosso pedido, ao nosso apelo ao governador Raimundo Colombo. Tenho certeza de que poderemos agora, com legitimidade, cobrar esses números e esse cronograma.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa., deputado Jean Kulmann, que, de forma tão eficiente, comandou a audiência pública, ontem, em Blumenau.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Ismael dos Santos, quero somar-me ao seu pronunciamento e dizer que penso da mesma forma que v.exa.

Muitas vezes as pessoas dizem que o deputado não faz nada, que não trabalha para a sua região, para a sua comunidade. Se o deputado não faz nada, é porque não trabalha; se faz uma audiência pública, leva o secretário para lá e ele se compromete com a questão do efetivo para a cidade, dizem que é blablablá. Ora, o secretário não se comprometeu com um, dois ou três policiais, ele se comprometeu com mais de 150 policiais. Assumiu um compromisso apresentando um cronograma de forma objetiva e organizada. Falou na questão da compra de câmeras de vigilância, ou seja, pegou um item, que é a questão da Polícia Militar, e trouxe algo efetivamente concreto para a cidade e região.

É claro que todos queriam que os policiais entrassem com ele na audiência, mas os policiais têm que passar por uma formação. Ele está como secretário há quatro meses e tem que ter tempo para fazer o seu trabalho, tem que ter um período para poder organizar-se.

Então, acredito que, dentro da possibilidade que a lei lhe permite, a audiência foi extremamente produtiva. Temos que avançar, sim, na questão da Polícia Civil, na questão dos bombeiros e do Instituto Geral de Perícia, o IGP. Mas dizer que a audiência não foi produtiva é algo muito ruim, até porque acho que foi muito produtiva, sim, conforme v.exa. falou, e extremamente proveitosa, pois levou o secretário a Blumenau e, acima de tudo, mostrou-lhe a organização da comunidade.

Assim, não foram somente os números que abrilhantaram a audiência, mas também a participação da comunidade. Nunca vi uma audiência pública em Blumenau com a participação de tanta gente e com tantas pessoas representando a comunidade. A audiência foi produtiva, sim, em todos os aspectos!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado.

Sr. presidente, fica aqui, portanto, o nosso registro e acrescento à sua fala, deputado Jean Kuhlmann, a perspectiva de novas câmeras de vigilância, ou seja, monitoramento eletrônico com 50 novos equipamentos, principalmente na periferia da cidade de Blumenau.

É claro, não é tudo o que gostaríamos, mas foi um grande passo, um grande avanço. Vamos continuar no combate, na cobrança, através deste Parlamento, na questão na segurança em Blumenau e em toda Santa Catarina.

Permitam-me sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nesses minutos finais, apresentar o meu mais novo livro, *Bilhete no Muro*, que lançamos ontem em Blumenau, com a presença do deputado Jean Kuhlmann e também do nosso amigo Lúcio César Dib Botelho, secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, numa festividade que reuniu mais de 500 pessoas.

Trata-se de uma ficção focando a questão dos cristãos perseguidos no Iraque, trazendo um pouco o debate da política internacional, a tensão árabe-israelense.

Quero, com muito carinho, posteriormente, entregar aos srs. deputados um exemplar deste livro, em que faço uma homenagem à nossa capital, Florianópolis, onde crio toda a ficção. O protagonista é um empresário que sai daqui, vai parar em Jerusalém e lá, no Muro das Lamentações, deputado Padre Pedro Baldissera, encontra um bilhete com um enigma que o faz parar no Iraque. Aí começa toda a trama que criamos para chamar a atenção de todos os brasileiros às questões que dizem respeito ao Oriente Médio que, de uma forma ou de outra, acabam influenciando nas políticas internacionais, em especial, nas questões da ONU.

Faço, inclusive, deputado Neodi Sareta e Luciane Carminatti, uma homenagem ao senador Eduardo Suplicy, citando-o como um personagem ficcional, até porque ele esteve também lá no Iraque falando sobre renda mínima e por isso entramos também nesse debate, nessa proposta. Este livro, lançado pela editora Nova Letra, de Blumenau, será colocado à disposição de v.exas. e da comunidade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente gostaria de parabenizar o nosso colega Ismael dos Santos pela iniciativa que merece os nossos aplausos e o nosso reconhecimento, por essa forma criativa de expressar o seu pensamento. Parabéns e agradeço, antecipadamente, a oportunidade de receber, das mãos de v.exa., um exemplar desse livro que vai ajudar-nos na caminhada, não há dúvida.

Sr. presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores gostaria de, na tarde de hoje, inicialmente, dizer que temos acompanhado, durante essas últimas duas semanas, em vários momentos, fortes críticas a respeito da atuação do DNIT, do governo federal, principalmente em relação à duplicação da BR-101, que liga nosso estado ao Rio Grande do Sul.

Fiquei atento, acompanhando os diferentes pronunciamentos, mas faço questão de dizer que até o final do ano passado não tínhamos nenhuma personalidade tão atenciosa e firme quanto o sr. João José dos Santos, que mantém um diálogo permanente, que atende os parlamentares em todos os momentos e em função de todas as situações. Muitas vezes, desta tribuna, tecemos elogios fortíssimos à atuação do superintendente do DNIT em Santa Catarina.

É claro que muitas críticas levantadas têm fundamento e respeitamos isso com toda tranquilidade. Por outro lado, há que se reconhecer que nesses últimos oito anos do governo do Partido dos Trabalhadores, do presidente Lula, muitos avanços aconteceram em Santa Catarina, principalmente no que se refere à infraestrutura das rodovias, seja no extremo oeste ou no litoral. Sou testemunha disso até pelo acompanhamento direto, semanal, que faço em várias regiões.

Vejam v.exas. que a BR-282 passou praticamente 40 anos com dois trechos esquecidos por todos os governos: um que liga São José do Cerrito a Campos Novos e outro que liga São Miguel d'Oeste à divisa com a Argentina. No governo do presidente Lula os dois trechos foram completados, e ouvi do próprio ministro dos Transportes a afirmação de que não sabia como havíamos ficado calados durante 40 anos.

O governo federal foi investindo aos poucos, não somente na BR-282, mas na BR-101 também, onde, praticamente, 70% do trecho em direção ao sul do país estão prontos e já foram entregues. É claro que existem gargalos que vão demorar mais tempo para ser resolvidos. Quanto a isso, inclusive, há o reconhecimento do ministério dos Transportes e do DNIT, pois falta resolver a questão das licenças ambientais, coisa que está na alçada da Fatma, do Ibama e de outras organizações.

Agora, temos que reconhecer que de R$ 1,6 bilhão que está sendo destinado à duplicação da BR-101, R$ 1,3 bilhão já foi investido, ou seja, 70% da obra já estão sendo usufruídos pela sociedade catarinense e brasileira.

Além disso, já está sendo encaminhada a licitação do projeto para a restauração, com ampliação e duplicação em alguns trechos, da BR-163. Para essa obra já temos R$ 1,1 milhão do governo federal, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que é líder da nossa bancada e que constantemente transita em toda essa grande região.

Gostaria de dizer também que nos dias 28 e 29 ocorrerão audiências públicas solicitadas pelo Ibama, em parceria com o DNIT, para discutir a questão de Navegantes, da BR-470, pois já há recursos destinados para ampliação da rodovia. Quer dizer, o governo federal está fazendo, sim, em pouco tempo, aquilo que durante longos anos não foi feito na infraestrutura das rodovias, sejam elas federais ou estaduais. A partir de agora o governo investe com mais propriedade, com mais recursos para recuperar aquilo que, infelizmente, não recebeu.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizar v.exa., que transita por todo o estado, sabemos disso, e, realmente, por todos os cantos onde passamos vemos investimentos.

Em conversa com o superintendente do DNIT, João José, soubemos que na BR-101/sul, dos 130 viadutos projetados, faltam apenas 30. Já estão prontos 100 viadutos. Está-se fazendo um falso debate na questão dos gargalos, que são o Morro dos Cavalos e a ponte da Cabeçuda, pois estas são obras que não estavam no projeto inicial. São obras que precisam ser licitadas, porque são grandes obras de arte de engenharia.

É uma pena que o deputado Antônio Aguiar não esteja presente, pois estive há poucos dias em Canoinhas e constatei que a estrada que vai para Porto União, que é estadual, está uma vergonha! Está abandonada e a capoeira está tomando conta. Já a rodovia federal de Canoinhas a Mafra, que vem para o litoral, está totalmente cuidada, caprichada, bonita e recuperada.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Dirceu Dresch, v.exa. lembrou muito bem.

Sr. presidente, no encerramento da minha fala quero focar na questão das rodovias estaduais. Não vou fazer critica ao atual governo, pois é recente, assumiu agora. É claro que há um processo de continuidade de governo, mas temos que dar o tempo necessário para tomar pé das coisas, mas somos testemunha do abandono das rodovias estaduais e não é de ontem. Isso já vem de longo tempo! Ainda bem que o estado conseguiu reverter uma situação quase perdida, ou seja, o envio de R$ 5 milhões destinados ao melhoramento do aeroporto, pois o prazo já estava vencendo. O ministério das Cidades agiu com rapidez e o estado ganhou um fôlego a mais para garantir esses recursos ao estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados PDT.

Não havendo deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, escutava atentamente o pronunciamento do nobre deputado Padre Pedro Baldissera e, como participamos diuturnamente do processo do transporte catarinense e brasileiro, até por obrigação, pela atividade que exercemos na vida privada, fizemos uma reflexão e vimos que realmente temos que reconhecer o trabalho que o governo do PT vem realizando nesses últimos oito anos.

A BR-101 foi inaugurada depois de 1970, à época este deputado transitava por essa rodovia, ainda em obras, de Porto Alegre a Florianópolis, frequentemente. O número de veículos e a ocupação dessa estrada não representavam, à época, 10% do movimento que a rodovia tem hoje, talvez porque as autoridades não se preocupavam com a evolução do transporte rodoviário no Brasil, até porque quando Juscelino Kubitschek, presidente do velho PSD, incentivou e deu condições para que a indústria automobilística se instalasse no Brasil, o governo não fez o devido acompanhamento e não imaginou que o volume de tráfego iria aumentar tanto, pois havia trens que faziam o trajeto São Paulo/Rio Grande do Sul.

Acredita-se até que o trem sofreu uma evolução ou pelo menos a continuidade da sua atividade no transporte de grãos, de madeira e de tantos produtos desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, inclusive fazendo o traslado com a Argentina.

Mas os tempos foram passando e a evolução e o desenvolvimento do Brasil foram rápidos. Temos que reconhecer também que foi durante o regime militar que mais foram pavimentadas e implantadas rodovias no Brasil e em Santa Catarina. Temos que reconhecer que a BR-153 foi inaugurada no governo do então presidente Ernesto Geisel, uma rodovia que corta Santa Catarina vindo do Rio Grande do Sul e hoje, quem conhece o tráfego, entende o quanto é importante essa rodovia para Santa Catarina e para o Brasil, pois o volume de caminhões e automóveis é muito expressivo.

Obviamente essas rodovias exigem manutenção no decorrer dos anos, pois na época da construção os caminhões eram bem mais leves, carregavam bem menos carga. Hoje, além do tamanho dos caminhões, há o descumprimento do limite máximo de carga por veículo, o que deteriora rapidamente as estradas.

Entendemos perfeitamente que houve, sim, uma atenção do governo do PT com as rodovias, mas o que questionamos não são somente as rodovias federais. Vamos observar também as rodovias estaduais, pois há precisamente oito anos foram praticamente abandonadas pelo governo do estado, que não deu a devida manutenção.

Srs. deputados, nesta Casa por várias vezes usamos desta tribuna para falar sobre o assunto, fizemos várias indicações nominando as rodovias pelas prioridades. Hoje não vamos ater-nos a essa ou àquela rodovia estadual, mas tenho ouvido a imprensa cutucando um pouquinho o atual governo pela situação em que se encontram as rodovias, as pontes, os acostamentos, as canaletas, as roçadas, a maquiagem, como chamamos, das rodovias.

Temos que reconhecer que não é em pouco mais de cem dias que o governo terá condições de sanar um problema que vem-se arrastando por oito anos. Também entendemos que a atual presidente da República não vai resolver todos os problemas que vêm-se arrastando ao longo dos anos, mas tem, sim, a obrigação de dar continuidade às obras nas quais o dinheiro do povo foi aplicado.

Entendemos perfeitamente que o trecho de Florianópolis à divisa do Paraná foi feito no governo anterior, que também deixou muito a desejar, com trechos críticos. Há quatro anos fizemos uma vistoria na rodovia, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal e o DNIT, demarcando os pontos críticos do referido trecho. Entendemos também que o trecho de Palhoça até a divisa do Rio Grande do Sul possui vários quilômetros entregues aos usuários, mas há dois ou três gargalos que ainda hoje criam sérios problemas para quem usa essa rodovia.

Então, o que precisamos é de uma definição do governo quanto às empreiteiras que ou vêm engatinhando ou praticamente abandonaram os trechos que lhes cabia construir, através de licitação. Temos que entender perfeitamente que existe um processo burocrático que atrasa muitas vezes as obras. Como tenho dito aqui, há o problema do índio, da perereca, dos sambaquis, enfim, uma série de problemas que até dá para entender que é coisa feita para atrasar a obra.

Parabéns, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. tem razão, pois não podemos acomodar-nos com os acontecimentos, precisamos cobrar, sim, com veemência, independentementede cor partidária, daqueles que têm a responsabilidade que resolver o problema ou de, pelo menos, tentar buscar soluções para minimizar esse problema seriíssimo que aflige Santa Catarina e o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, vou utilizar metade do meu tempo e posteriormente ceder alguns minutos ao deputado Jean Kuhlmann, que vai falar sobre uma audiência pública importante, realizada pela comissão de Segurança Pública, ontem à noite, em Blumenau, com a presença do secretário César Grubba.

Sr. presidente, desejo referir-me rapidamente a dois assuntos. O primeiro diz respeito a um fato relevante que aconteceu na cidade de Joinville, na tarde de ontem, com a presença do governador Raimundo Colombo e de muitas outras autoridades.

Ontem à tarde foi lançada, sr. presidente, a pedra fundamental da construção da fábrica da General Motors em Santa Catarina. Uma fábrica que vai produzir motores para a Argentina e outros países, uma fábrica que na sua construção vai utilizar em torno de 600 trabalhadores, com um custo estimado de aproximadamente R$ 500 milhões.

O fato de a GM instalar-se em Santa Catarina, sobretudo em Joinville, sr. presidente, é muito importante, porque a GM é uma gigante mundial. A GM reconhecidamente tem tecnologia, tem qualidade nos seus produtos, desenvolvimento, e não veio para Joinville por acaso. A decisão de se instalar em nosso estado foi precedida de um estudo profundo, deputado Jorge Teixeira, sobre o perfil da nossa mão de obra do nosso, sobre as características voltadas para o trabalho, enfim, sobre a localização geográfica estratégica de Santa Catarina.

A GM vai gerar 350 postos de trabalho sustentáveis. Trata-se, portanto, de uma possibilidade a mais para que os trabalhadores possam aquecer a nossa economia e conquistar a sua cidadania. Com isso, a GM enaltece, engrandece, fortalece a economia de Santa Catarina, sobretudo a de Joinville.

Portanto, estamos satisfeitos porque o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, o governador Raimundo Colombo, o prefeito Carlito Merss e a Câmara de Vereadores criaram, deputado Ismael dos Santos, as condições necessárias para que essa grande montadora de automóveis pudesse instalar-se em Santa Catarina.

Desejo também, sr. presidente, rapidamente, fazer menção a uma visita que fiz, hoje pela manhã, à Cidade das Abelhas. Inclusive, participei de uma reunião com gerentes, diretores, presidentes de associações regionais, ocasião em que fiquei preocupado com o que vi, porque a Cidade das Abelhas precisa de uma reforma, precisa de veículos, precisa, sobretudo, de técnicos que fiquem à disposição dos apicultores do estado de Santa Catarina.

Quero destacar que a Cidade das Abelhas está-se propondo a firmar uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, o que é importante, fundamental, porque precisamos incentivar a apicultura no estado. São 450 mil colméias, 30 mil apicultores, com uma produção anual de, aproximadamente, sete mil toneladas de mel. Mas o objetivo principal, fundamental, não é somente a produção de mel, mas a importância que tem a apicultura, as abelhas, as colméias para Santa Catarina, sobretudo para a fruticultura.

Há dois anos, os Estados Unidos tiveram que importar abelhas porque estavam tendo problemas com a produção de maçã. Portanto, o viés da polinização, da necessidade das colméias e da abelha, em Santa Catarina, para que possamos desenvolver a nossa fruticultura, é um viés fundamental, que tem que ser colocado e analisado com carinho e atenção pelo governo do estado.

Neste momento, cedo o restante do tempo do Democratas para o eminente deputado Jean Kuhlmann.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pelo restante do tempo destinado ao Democratas, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares que nos acompanham, quero, antes de entrar no tema da audiência pública que tivemos ontem, antes de agradecer a toda comissão de Segurança Pública por haver participado, aos parlamentares, fazer uma referência toda especial, deputado Ismael dos Santos, ao sr. Nirton dos Santos, seu pai, eis que o vi firme, saudável, pregando, realmente levando as pessoas adiante, mostrando um espírito de liderança muito grande. E tive o orgulho também de vê-lo lançando o seu 46º livro.

Deputado Reno Caramori, muita gente diz que temos que fazer muitas coisas na vida e uma delas é escrever um livro. Pois bem, o deputado Ismael dos Santos já escreveu o seu 46º. Então, já passou bastante da cota.

Deputado Ismael dos Santos, tive a oportunidade de fazer a leitura do seu livro e com certeza é uma leitura que transmite uma mensagem muito importante, independentemente do credo religioso. Seu livro traz uma mensagem muito forte e realmente todos devemos lê-lo, deputado Reno Caramori, pois ajuda a construir o ser humano e traz algo extremamente positivo para que possamos refletir sobre o dia a dia.

Parabéns, deputado Ismael dos Santos, pelo 46º livro, espero que ele seja um sucesso e que possa realmente levar a mensagem de Deus a quem precisa.

Quero também falar um pouco sobre a audiência pública que tivemos ontem em Blumenau. Inclusive, o deputado Ismael dos Santos, que me antecedeu, falou de uma forma muito concreta e firme sobre o seu pensamento com relação à audiência.

Quero agradecer de forma muito carinhosa aos deputados Maurício Eskudlark, Sargento Amauri Soares, Ismael dos Santos, Gilmar Knaesel, Ana Paula Lima, e a todos os que estiveram presentes, assim como ao deputado Marcos Vieira, que me permitiu presidir aquela audiência pública.

Sr. presidente e srs. deputados, quero dizer que foi onde mais vi representatividade na história de Blumenau. Nunca vi uma audiência pública com tantas pessoas e tanta representatividade. Realmente foi algo extremamente importante e fiquei feliz, primeiramente, pela participação da comunidade, das pessoas que foram e engajaram-se, abraçaram a causa e estão defendendo a segurança pública. Em segundo lugar, fiquei muito feliz porque o secretário de Segurança Pública deu a cara para bater, não se escondeu, como já aconteceu no passado. S.Exa. foi lá dizer o que podia e o que não podia. E agora nos cabe e à sociedade blumenauense e da região cobrar com firmeza o que ficou compromissado na audiência pública concernente à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Corpo de Bombeiros, enfim, a toda a segurança pública da nossa cidade.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não, com muito prazer.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. deputado Jean Kuhlmann, primeiramente quero cumprimentar v.exa. pela condução da audiência pública no dia de ontem, bem como pelo exemplo que deu Blumenau, através das suas entidades civis, do poder público, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores. Cumprimento ainda a Assembleia Legislativa por intermediar mais uma vez uma audiência pública.

Quero louvar também o comportamento muito transparente do secretário César Grubba, do comandante-geral da Polícia Militar e do delegado-geral da Polícia Civil, que não foram para lá enrolar, foram muito transparentes.

Existe o problema, mas para a solução tem que haver uma continuidade, um encaminhamento, porque não é possível fazer milagre. Acredito que essa audiência pública dará pelo menos um pouco de esperança para a nossa região, especialmente para Blumenau, no que diz respeito a um problema tão sério que é a segurança pública.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Quero dizer que realmente a audiência pública foi produtiva. É claro que queríamos, como falei anteriormente, que o secretário chegasse lá com um ônibus já levando os policiais, mas isso não é possível, existe a questão legal que deve ser preservada.

Agora, sim, cabe-nos e à sociedade continuar mobilizados e é este o pedido que quero fazer desta tribuna: que todos que estiveram na audiência pública continuem mobilizados, continuem, de forma organizada, cobrando essa questão que não é uma questão partidária, mas algo extremamente importante para a sociedade blumenauense e para a região. E para isso temos que ter, acima de tudo, união e coragem, porque é assim que vamos conseguir melhorar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Srs. deputados, sr. presidente, desde o início desta legislatura estou presidindo a comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa e tenho procurado envolver-me o máximo possível nos assuntos inerentes a essa área que, entendo, é a mais importante, deputado Jorge Teixeira, na formação do cidadão em várias etapas da vida, desde a educação infantil até a profissionalizante e também no ensino superior, onde são formados os profissionais.

Realizamos uma reunião com um colegiado de secretários municipais da Educação da região da Ammvali e da região do vale do Itapocu, em Jaraguá do Sul, onde discutimos longamente vários assuntos, um em especial, a educação infantil, em função da sua complexidade. O tema central foi a demanda de crianças em relação aos recursos hoje disponíveis.

Com a possibilidade de o ensino fundamental ser municipalizado, e entendo isso como uma realidade, existe uma grande preocupação dos gestores em relação à quantidade de vagas a serem preenchidas, aos custos e ao repasse do governo. Foi observado que cada município tem a sua peculiaridade. Analisaram os recursos repassados pela Fundeb: R$ 2.200,00 para o custeio com salas até 35 alunos, anualmente, e R$ 1.400,00 para salas, deputada Luciane Carminatti, com até seis alunos. A educação infantil é justamente a mais cara e chega, como no caso da nossa região, a custar R$ 600,00 por mês por criança em período integral.

Outro fator importante é a grande demanda dado o crescimento do número de crianças a partir de quatro anos e a obrigatoriedade dos municípios, muitas vezes cobrados pelo próprio Ministério Público, na geração de vagas, na oportunidade e na necessidade social dos pais terem seus filhos num Centro de Educação Infantil.

Foi verificado que os convênios firmados acabam por onerar muito os municípios, como fica demonstrado no custo por aluno, pois o convênio é de R$ 120,00/mês e os custos são de mais de R$ 600,00/mês!

Além da demanda por recursos, também foi analisado o parâmetro construtivo adotado pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, deputada Luciane Carminatti, que é um parâmetro nacional. Talvez o projeto básico, que caiba à escola do no nordeste, não seja o ideal para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Amazonas e assim por diante.

Com relação ao transporte escolar, o repasse está aquém do custo real, e esse é um tema pertinente a todos os municípios. Para alimentação o repasse é de R$ 0,33 por criança/dia, sendo necessário em torno de R$ 1,00, visto que são fornecidas, em alguns casos, três refeições diárias.

Além disso, sr. presidente, iniciamos uma sequência de audiências públicas, tendo as primeiras sido realizadas no oeste catarinense. Por proposição do deputado Mauro de Nadal, realizou-se uma em Palmitos, onde foi discutido o futuro do curso de Enfermagem que a Udesc pensa em tirar daquele município, mas que a comunidade pretende que permaneça. A implantação do curso de Enfermagem foi uma conquista de muito tempo e há necessidade de que continue beneficiando aquela região.

No mesmo dia, à noite, por proposição da deputada Luciane Carminatti, que é vice-presidente da comissão de Educação, estivemos em São Miguel d'Oeste, numa audiência pública discutindo a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Confesso que fiquei surpreendido com a dimensão dessa universidade, que é a segunda federal em Santa Catarina, e com a sua possibilidade de expansão.

No entanto, existem muitos temas a ser discutidos. Em 2011 será elaborado um novo Plano Nacional de Educação, já que o atual é de 2001 e agora será refeito. Temos que trazer à tona a discussão do Plano Estadual de Educação, que Santa Catarina não tem. Devemos, juntamente com a Câmara Federal, propor algumas audiências públicas neste estado buscando sugestões para a sua confecção. Assuntos pertinentes, como o piso salarial, a municipalização da educação e a expansão do ensino superior, foram levantados ontem, no encontro com empresários de Joinville. Há a expectativa de que Joinville, nos próximos cinco anos, precise de mais de 7.500

engenheiros, e sabemos que a nossa estrutura de ensino superior não consegue fornecer todo esse contingente.

Então os desafios são inúmeros. É uma área que conheço. Sei da sua realidade. Assim, tenho também me apegado muito nessa discussão pela função social da educação no dia a dia dos catarinenses. Então, vamos em frente, vamos debater esses assuntos que são da maior importância e envolvem todos os catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, pelos minutos restantes do espaço reservado ao PMDB, dentro do horário destinado aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, na cidade de Joinville estiveram presentes ontem os deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves, para a inauguração de um grande empreendimento, muito sonhado pelos joinvilenses. Contamos especialmente com a presença do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira para dar uma grande satisfação à comunidade de Joinville.

Refiro-me, sr. presidente, à GM, pois ontem tiveram início as obras da empresa, que vai produzir motores para Santa Catarina, para o Brasil e para outros países da América do Sul. Tenho certeza de que foi um momento importante para as pessoas que lá estavam e na ocasião o governador Raimundo Colombo falou sobre a importância de gerar emprego e renda para aquela comunidade.

Temos certeza de que os 450 empregos que a GM gerará trarão bem-estar social àquela sociedade, proporcionando mais qualidade de vida ao trabalhador, às suas famílias. Na verdade, a maioria dos empregos é de técnico, e precisamos de trabalhadores que tenham a parte técnica afinada para trabalhar na referida empresa.

Estavam presentes também nessa solenidade o sr. Udo Döhler, futuro presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville; o dr. Dalmo Claro de Oliveira, secretário de estado da Saúde, bem como outras autoridades.

Na parte da noite houve um evento político importante do PMDB, que está renovando seus quadros partidários, com a filiação de Udo Döhler, uma pessoa extremamente sensível, que representa os empresários de Joinville. Ele prevê que em dez anos Joinville terá mais de 750 mil habitantes e por isso está preocupado com a infraestrutura do município. Assim, a questão da energia elétrica de Joinville, que já foi duplicada, continua sendo alvo do seu trabalho.

Udo Döhler assinou sua filiação ao PMDB e sentimo-nos honrados em receber essa importante figura em nossas fileiras, pois ele nos fez lembrar os bons tempos de Wittich Freitag. O deputado Mauro Mariani e o secretário Dalmo Claro de Oliveira abonaram a ficha de Udo Döhler, a quem parabenizamos por escolher o nosso partido!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, ao iniciar a semana, assomo a esta tribuna para falar de um assunto que para mim foi muito importante nos últimos 60 dias, a convenção estadual do PSDB, realizada no dia 17, e a eleição da executiva, no dia 20.

Quero, sr. presidente e srs. deputados, externar meu agradecimento a todos aqueles militantes, filiados, dirigentes partidários, vereadores, vice-prefeitos e prefeitos que externaram a sua escolha pela nossa candidatura. Da mesma forma, agradeço o respeito de todos aqueles que estiveram ao lado de Leonel Pavan, tornando a convenção à altura da importância do PSDB de Santa Catarina.

Restou, é verdade, Leonel Pavan vitorioso na convenção que encerrou no dia 20. Como fiz após o resultado, cumprimento Leonel Pavan pela vitória, desejando-lhe êxito na condução do partido nos próximos anos. Na condição de soldado disse e repito quais as minhas armas e qual trincheira deverei ocupar, pois quero estar na linha de frente combatendo em favor do PSDB de Santa Catarina: soldado não comanda, soldado cumpre ordens do general e estou cumprindo essas ordens.

Por isso, srs. deputados, assomo a esta tribuna, na tarde de hoje, exatamente para enaltecer a grandeza com que transcorreu a convenção estadual do PSDB, mas não poderia deixar passar em branco um assunto de extrema relevância para Santa Catarina.

Há pouco, deputado Jorge Teixeira, ouvia o discurso do deputado Padre Pedro Baldissera, que falava do avanço do governo federal no que diz respeito à infraestrutura rodoviária no estado de Santa Catarina nos últimos oito anos.

Avançamos um pouco, é verdade, mas avançamos aquém da nossa necessidade! Avançamos pouco em relação àquilo que Santa Catarina exige do governo federal! Está aí a BR-101/sul com prazo estourado faz tempo. O Parlamento catarinense está mobilizando a sociedade e cobrando diretamente em Brasília um resultado positivo para o término de uma vez por todas da BR-101/sul.

Não dá mais para confiar no DNIT de Santa Catarina. O seu superintendente fixa prazos e não os cumpre, dá informações que, na maioria das vezes, não são verdadeiras.

Quanto à BR-282, é verdade, foi terminado o trecho de São José do Cerrito até Campos Novos e o trecho de São Miguel d'Oeste até a fronteira com a Argentina. Mas esquece o deputado Padre Pedro Baldissera que no trecho Lages/São José do Cerrito/Campos Novos houve a determinação do Exército Brasileiro, que colocou o seu batalhão a executar a obra em favor de todos nós, catarinenses, pois desejava fazer realmente a verdadeira integração do estado.

Da mesma forma, o projeto de engenharia e licitação no trecho da extrema fronteira já estava praticando pronto no final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não está pronta toda a BR-282. Catarinense, se você pensa que a BR-282 está pronta e acabada, saiba que isso não é verdade. Falta ainda um trecho crítico para todos nós, falta ainda um trecho extremamente importante para todos nós, o de Santa Amaro da Imperatriz até o entroncamento com a BR-101, na altura do município de São José.

Precisamos resolver essa questão; precisamos estar mobilizados para fazer com que a BR-282 seja duplicada em alguns trechos importantes; precisamos pensar na BR-280, que ainda não saiu do papel; precisamos dar início à duplicação da BR-470, que também não saiu do papel.

Mas quero trazer ao conhecimento dos srs. deputados uma matéria que me causou estranheza e que foi publicada pelo *Diário Catarinense* de 22 de abril deste ano, Sexta-Feira Santa: "Aeroporto da capital, mais atrasos no cronograma".

Deputado Dado Cherem, quando finalmente Santa Catarina terá o seu aeroporto internacional de alta qualidade para receber bem quem aqui investe ou quem nos visita? Quem efetivamente vai dar-nos a notícia e a data certa de que Santa Catarina terá o seu aeroporto internacional?

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Marcos Vieira, v.exa é sabedor dos votos da bancada e do meu, em especial, que foi para o ex-governador Leonel Pavan na eleição do diretório. No entanto, quero aqui externar a grandeza da sua participação naquele processo eleitoral legítimo, democrático, dentro daquilo que acreditamos bom para o PSDB. Tenho certeza, deputado Marcos Vieira, de que a sua participação só abrilhantou o processo de escolha do presidente do PSDB, do qual saiu vitorioso o ex-governador Leonel Pavan.

Quero ainda, deputado Marcos Vieira, tendo por testemunhas os seus pares de partido nesta Casa, afirmar que com certeza v.exa. saiu maior do que entrou no processo eleitoral interno. V.Exa. tem a minha solidariedade e a da bancada.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Disse no meu discurso, no dia 20, que respeitava a decisão de v.exa. por ser amigo do ex-governador, como da mesma forma respeitei todas aquelas pessoas que optaram pela outra candidatura.

Mas queremos, sr. presidente e srs. deputados, encerrar a nossa fala, reafirmar o nosso descontentamento com o governo federal no que diz respeito ao envio de recursos para aplicar na infraestrutura de Santa Catarina. O trecho da BR-153 que liga Irani a General Carneiro, no Paraná, está intransitável. É o pior trecho de rodovia federal do sul do país!

Ainda falta recurso federal para o aeroporto de Correia Pinto, para o aeroporto de Jaguaruna e para a nacionalização do Aeroporto Serafim Bertazzo. Quanta mentira a Infraero já nos pregou! Será que vai continuar pregando mais mentiras? Será que daqui a dois ou três meses haveremos de ver estampados nos jornais novos atrasos no cronograma de execução das obras do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis? Desejamos que não, mas vamos esperar. A Copa do Mundo está

aí e Santa Catarina continua sendo marginalizada, discriminada pelo governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Srs. deputados, sobre a mesa requerimento solicitando a suspensão da sessão por dez minutos.

Por resolução da Mesa Diretora, essas suspensões para apresentações devem dar-se sempre após a Ordem do Dia. Como ainda faltam dez minutos para as 16h, esta Presidência vai suspender a sessão por dez minutos, a fim de que o vereador Mauro César Martins, de Angelina, possa fazer o convite para a Festa do Queijo e apresentar a rainha e as princesas da festa.

Além disso, o deputado Joares Ponticelli precisa concluir o sorteio das escolas que irão participar do Parlamento Jovem.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Solicito ao presidente Gelson Merisio que assuma os trabalhos a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0043/2011; 0073/2011; 0085/2011; 0086/2011; 0089/2011; 0107/2011 e Proposta de Sustação de Ato n. 0004/2010.

A Presidência comunica também que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0007/2011 e 0008/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0018/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Nós temos mensagens de veto que serão votadas na sessão de amanhã à tarde. Por isso, informo aos srs. líderes que amanhã votaremos todos os vetos, conforme deliberado na semana passada. Então, amanhã faremos a votação dos vetos independentementede quórum, e que isso fique bem avisado a todos os deputados, pois mesmo tendo quórum mínimo haverá votação das matérias.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0019/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual das Organizações Não Governamentais do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0488/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que cria o sistema de verificação de furto ou roubo de veículo automotor junto aos postos e praças de pedágio instalados nas rodovias do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0210/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0211/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0212/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0385/2011, 0386/2011, 0387/2011 e 0388/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0389/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0390/2011 e 0391/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 0393/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0394/2011, 0395/2011; 0396/2011; 0397/2011; 0398/2011; 0399/2011; 0400/2011; 0401/2011, 0402/2011 e 0403/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0404/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Requerimento n. 0392/2022, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel, aos diretores da OI, Vivo, TIM e Claro, pedindo a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura nas localidades de São Mateus, São Marcos e Limeira, no distrito de Três Riachos, no município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0035/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada à ministra da Pesca e ao superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina, pedindo a disponibilização, através de comodato, de uma área de terra para implantação de ranchos destinados à Associação de Pescadores e Maricultores da Cachoeira do Bom Jesus, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0039/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre a data de início da implantação do subsídio vitalício, conforme previsto no art. 195 da Constituição Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0040/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre quantas Equipes de Saúde da Família - ESF - e do Programa de Saúde Familiar - PSF - há atualmente no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0041/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviado ao presidente do Conselho Penitenciário Estadual, à secretaria da Justiça e Cidadania e ao juiz da Vara de Execuções Criminais, solicitando informações sobre quais foram as providências adotadas para a apuração das denúncias constantes da Nota Técnica n. 198/2010, da Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0042/2011, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre o número de alunos e funcionários da gerência de Educação - Gered - de Criciúma, no período de 1995 até 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jean Kuhlmann, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para fazer um debate. Creio que v.exa., deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e de Justiça, mais do que todos, deve ter interesse nessa questão.

Recentemente se falou muito desta tribuna de projetos possivelmente inconstitucionais, projetos autorizativos, projetos que no entendimento de alguns sequer deveriam tramitar nesta Casa. Tenho dito que quando tratamos de uma questão matemática é fácil verificar as coisas. Se colocarmos numa conta dois mais dois e não der o resultado quatro, essa conta estará errada. Mas no campo do entendimento jurídico e dos pareceres isso não é tão simples como na matemática. Há pareceres pela inconstitucionalidade de determinada matéria, ao mesmo tempo em que juristas renomados posicionam-se pela constitucionalidade da mesma questão.

Digo isso, sr. presidente e srs. deputados, porque fomos, de certa forma, surpreendidos com a apresentação, pela comissão de Constituição e Justiça, do chamado Enunciado n. 0001/2011. Esse enunciado pode até ser bem intencionado, mas tem, na sua origem, um caráter excludente, um caráter que, inclusive, pode ser interpretado como uma limitação ao poder legiferante desta Casa. Não permitir que determinadas matérias sejam debatidas não é característica de Parlamentos democráticos nem de governos democráticos. Simplesmente, quando alguém apresenta um projeto, adotar a posição de um burocrata que diz que é inconstitucional, é tolher o debate, é quase voltar à época dos governos ditatoriais. Aliás, as ditaduras começam assim: limitam os poderes do Parlamento, limitam os poderes da imprensa e criam obstáculos para que se produza o debate.

Ora, qual o problema de fazer um debate sobre determinado projeto? E se ele de fato for inconstitucional sob o ponto de vista da maioria da comissão de Constituição e Justiça, essa maioria vai exarar parecer pela inconstitucionalidade naquele caso concreto. O autor, então, se for o caso, recorrerá ao Plenário, que poderá ou não derrubar o parecer da CCJ.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, trouxemos esse assunto para que a comissão de Constituição e Justiça reflita e recue na intenção de publicar o Enunciado n. 0001/2011.

Sr. presidente, todos os deputados apresentam projetos de lei e se o entendimento da CCJ for de que tudo é inconstitucional, deputado Elizeu Mattos, deixaremos de debater temas importantes. Às vezes até há alguma ideia de que determinado projeto é inconstitucional, mas a sua apresentação por si só motiva o debate.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Faço questão de conceder um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Agradeço a v.exa. por me conceder o aparte, pois, na verdade, deputado Neodi Saretta, a vontade do presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, é filtrar alguns projetos cujo debate não leva a nada. Em momento algum o deputado Romildo Titon fez do enunciado um prato feito, tanto que ele colocou na comissão de Constituição e Justiça para discutirmos uma proposta inicial. Na manhã de hoje o deputado Dirceu Dresch pediu para falar, pois não houve tempo suficiente para discutir aquela matéria com a bancada.

O que a comissão de Constituição e Justiça e seu presidente querem é que tenhamos um parâmetro de apresentação de projetos, pois aprovamos projetos e mais projetos que acabam sendo rejeitados. Não é um prato feito, mas uma proposta para discussão na comissão de Constituição e Justiça.

Assim, faço a defesa da intenção do deputado Romildo Titon, pois teve o intuito de ajudar, de colaborar com o andamento dos trabalhos da comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado, também entendo que estamo-nos encaminhando para o debate, porque se fosse algo pronto e acabado, talvez nem coubesse mais essa manifestação. Como disse, não acho que exista má intenção, pelo contrário, acho que há interesse realmente de encontrar uma solução. Mas faço um apelo para que a comissão de Constituição e Justiça não leve isso adiante, porque se trata de uma supressão de direitos, de garantias do parlamentar!

Agora, se há casos em que os projetos são inconstitucionais, os relatores vão dar parecer pela inconstitucionalidade. Não há problema algum, a maioria aprovará ou rejeitará. Mas fico preocupado, deputado Elizeu Mattos, com aquilo que é genérico.

Digo que a posição da CCJ pode até ter sido oportuna para fomentar o debate. Inclusive, o deputado Joares Ponticelli tem levantado isso da tribuna, pois o ministro Gilmar Mendes teria dito que se fosse inconstitucional, seria considerado inconstitucional pelo STF. Ora, o STF julgar inconstitucional é um direito, mas aqui temos uma comissão de Constituição e Justiça que pode analisar! Não é porque alguém em Brasília fez uma palestra dizendo que é inconstitucional que vamos tolher a oportunidade de fazer um debate sobre projetos importantes! Já vi grandes transformações serem feitas a partir de projetos que talvez, na iniciativa, fossem inconstitucionais, mas fomentaram o debate.

Recentemente, deputado Elizeu Mattos, v.exa. defendeu um projeto de lei, na condição de líder do governo, que interessa muito para a sua região, pois isentou do ICMS o pinhão. Ora, esse debate iniciou a partir de um projeto de origem parlamentar, deputado Dirceu Dresch, que, se não me engano, é de autoria de v.exa. Foi o seu projeto que motivou a discussão, a ponto de conseguir essa conquista importante, agora de forma correta sob o ponto de vista da iniciativa.

Então, gostaria de deixar registrada essa preocupação e fazer um apelo para que a comissão de Constituição e Justiça não leve adiante essa iniciativa. Como disse, não acho que tenha havido má intenção. A intenção foi boa, mas lembrem-se de que quando se editaram os atos institucionais a intenção era boa, no entanto, eles serviram depois para punir pessoas de forma injusta, para perseguir pessoas, para instalar um governo ditatorial que durou alguns anos. Temos, portanto, que garantir o direito à liberdade, o direito ao debate.

Sr. presidente e srs. deputados, acredito que essa iniciativa deve ser combatida. Essa é uma posição que fechamos na bancada do nosso partido, por unanimidade, no dia de hoje. Acredito que esse é um assunto pelo qual todos os srs. deputados deverão interessar-se e trabalhar para derrubar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, em nome do deputado Jean Kuhlmann e deste deputado, gostaria, em nome dos professores Paulo Schmnith e Gisele Kretsky, de cumprimentar os alunos do curso de Direito da Furb, a Universidade Regional de Blumenau, que visitam a Casa nesta tarde.

Queremos dizer que tanto eu como o deputado Jean Kuhlmann, que tivemos a oportunidade de frequentar os bancos escolares da Furb, sentimo-nos gratos com a presença de vocês.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses aqui presentes, venho falar sobre dois assuntos nesta tarde.

O primeiro assunto refere-se ao relato da audiência pública da subcomissão de atendimento de catástrofes da Câmara Federal, presidida pela deputada Perpétua Almeida, do Acre, tendo na relatoria o deputado Glauber Braga, do Rio de Janeiro, realizada nesta Casa. Estavam presentes alguns deputados federais de Santa Catarina, como o deputado Onofre

Santo Agostini, que é vice-presidente da comissão, o deputado Jorginho Mello, o deputado Esperidião Amin e a deputada Luci Choinacki.

Estivemos reunidos até para que eles pudessem buscar das entidades envolvidas no atendimento a catástrofes em Santa Catarina - Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e outras - informações de como conseguimos sobreviver, principal e especificamente no caso de Ilhota, no final de 2008.

Hoje pela manhã, deputado Elizeu Mattos, acompanhei, como presidente da comissão de Defesa Civil, a visita que os deputados dessa subcomissão da Câmara Federal fizeram ao Morro do Baú, em Ilhota. Também tivemos um encontro, deputado Aldo Schneider, com o prefeito de Ilhota, a fim de conseguir informações de como está o processo pós-tragédia, principalmente no Morro do Baú, onde as pessoas viveram aquele momento tão trágico.

Recentemente, deputado Ismael dos Santos, ocorreu uma tragédia semelhante na região serrana do Rio de Janeiro e também no Japão. Infelizmente, parece que essas ocorrências serão cada vez mais frequentes. Vi um trabalho muito forte, deputado Dirceu Dresch, do governo federal e do governo estadual na reconstrução das áreas do Morro do Baú. Mas não é só isso. O governo da Arábia Saudita, por exemplo, deputado Jean Kuhlmann, doou 68 casas que estão lá para serem entregues às pessoas.

Mas é impressionante o resultado quando se tira uma pessoa, por exemplo, da vida que ela tinha no Morro do Baú, no Braço do Baú ou no Baú Central. Ou seja, são agricultores que tinham terrenos e plantavam, que tinham casas de 300m² e que agora serão colocados em casas de 38m², num terreno de 200m². O que eles sabem fazer é plantar e colher. Então, agora vão fazer o quê?

Precisamos entender a necessidade de falar sobre essas questões, deputado Aldo Schneider, v.exa. que já sofreu esse problema na pele, mas depois baixou a água e deu tudo certo. Agora, com essas pessoas, não! Elas têm que mudar não somente de endereço, mas de história de vida! É complicado isso!

Os deputados da comissão da Câmara Federal estão fazendo levantamentos e irão a outras partes do Brasil também, porque se começa a discutir em Brasília a necessidade de fazer leis específicas para tratar não só da prevenção, como também da contenção, do tratamento e do pós tratamento. E exatamente esse é o sentido do trabalho que a comissão tem que fazer, porque no momento da tragédia todo mundo fala, mas depois que a água baixa, todos vão embora e fica o problema para os prefeitos.

Uma ideia do prefeito de Ilhota é que o Fundo Nacional da Defesa Civil envie os recursos diretamente para o Fundo Municipal, a fim de que seja mais rápido o processo de reconstrução.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Kennedy Nunes, quero parabenizá-lo pelo tema e pelo trabalho que v.exa. vem fazendo nesta Casa com relação a esse assunto.

Quero compartilhar com o amigo a angústia de alguém que passou pelo mesmo problema em Blumenau, assim como vários parlamentares, e questionar efetivamente em que estado vivemos, em que país vivemos!

Todos nós sabemos - e se perguntarmos na rua, qualquer leigo saberá dizer - da importância de dar uma atenção especial ao cidadão, porque ele perde, deputado Kennedy Nunes, muito mais do que bens materiais, ele perde, acima de tudo, em determinados momentos, a razão de viver. No entanto, é tratado somente na letra fria da lei, como se fosse um marginal; é tratado com os mesmos rigores com que são tratados os criminosos. Mas é apenas um cidadão de bem, que quer ter a sua vida de volta.

Quero parabenizá-lo porque esse trabalho da comissão bate de frente com isso, tentando buscar soluções concretas e rápidas. E quem vai ser beneficiado com isso, deputado Kennedy, não será o rico, não será a pessoa que, se perder uma casa, pode construir outra. Quem vai ser beneficiado será a pessoa mais humilde, mais simples, que é quem realmente mais precisa do estado e que, muitas vezes, por causa da burocracia, o estado lhe dá as costas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado, por sua participação. É exatamente isso que se está querendo mudar no Brasil e criar uma legislação que permita um caminho com menos burocracia.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Inicialmente, gostaria de cumprimentar v.exa. pelo extraordinário trabalho que tem feito frente à comissão de Defesa Civil.

Também quero justificar a minha ausência, ontem, na audiência, porque estava acompanhando o governador Raimundo Colombo na sua visita a Mirim Doce, município que há 94 dias foi afetado drasticamente pelas intempéries.

Ontem, uma das coisas que me chamaram a atenção - e eu falei em nome da Assembleia para a comunidade que lá estava - foi a agilidade com que o governo federal e o governo do estado socorreram as pessoas num momento angustiante. Naquele momento todas as pessoas estavam céticas com relação à ação governamental, até porque elas saíram do evento numa situação conturbada. Ontem o governador Raimundo Colombo esteve lá e por isso que entendo que Santa Catarina está de fato na vanguarda em muitos assuntos. Na questão da Defesa Civil, não tenho dúvida nenhuma de que Santa Catarina tem muito a ensinar ao Brasil, até pelo que já ocorreu no estado.

Ontem, em Mirim Doce, o governador Raimundo Colombo liberou uma linha de crédito chamada Badesc Emergencial, que é destinada a todos os comerciantes e industriais que foram afetados pela catástrofe. Portanto, o governo do estado, em 93 dias, conseguiu criar um programa para salvar as pequenas empresas. Então, se falarmos em tramitação pública, 90 dias é impensável no Brasil. Mas Santa Catarina está dando um exemplo forte nesse sentido.

Queremos solidarizar-nos com v.exa. e colocar-nos à sua disposição, pois temos muito o que aprender. Também passamos muito por isso e de fato entendemos que a comissão de Defesa Civil da Assembleia, através da experiência de todos nós, tem muito a contribuir para o estado e, em especial, para o Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado. Tenho certeza de que vamos fazer, juntamente com todos os deputados, um trabalho muito forte.

Sr. presidente, tenho um convite a fazer não somente aos deputados, mas a todos os catarinenses.

Gostaria de convidá-los para participar de uma grande festa, que começou no sábado, na cidade de Camboriú, a Capital Catarinense de Missões, que é o 29º Congresso dos Gideões Missionários, um evento que muda aquele município.

Eu trouxe um vídeo de um minuto e meio para mostrar e gostaria de pedir a v.exa. autorização para exibi-lo, pois se trata de um convite dos gideões missionários aos catarinenses que nos assistem pela TVAL e também a todos os catarinenses e os deputados aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Concedo-lhe um minuto e meio para a exibição do vídeo, sr. deputado.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de dizer que todos os deputados, assim como todos os catarinenses estão convidados a participar. O congresso vai até o dia 3 de maio e estão sendo esperadas mais de 100 mil pessoas, deputado Silvio Dreveck, na cidade de Camboriú.

Está de parabéns a prefeita Luzia Lourdes Coppi Mathias, o pastor Cesino Bernadino e todos os gideões. Com certeza estaremos lá para participar dessa grande festa dos Gideões Missionários da Última Hora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos prestigia com sua visita a esta Casa, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Percorremos, no fim de semana, durante a Páscoa, várias regiões do estado e temos muitos assuntos a abordar. Mas hoje vamos falar sobre a questão ambiental, pois às 15h houve uma reunião importante em Brasília, na qual se debateu o projeto de lei do Código Florestal Brasileiro.

Mas antes de falar sobre isso, quero parabenizar a Cresol, Cooperativa de Crédito Solidário Familiar, de Seara, pelos seus 17 anos completados no dia de ontem. Essa

importante entidade contribuiu com o desenvolvimento de Seara, da região e, por que não dizer, da região sul, porque a Cresol é uma das primeiras cooperativas de crédito solidário e que hoje já forma o Sistema Cresol.

Então, quero parabenizar Gilson Giombelli, presidente da Cresol, e todos os seus associados, que são em grande número nos municípios de Seara, Arvoredo e Paial. Gostaria de desejar sucesso para essa cooperativa muito importante.

Também quero comunicar que no dia de amanhã não estarei presente nesta Casa porque vou a Brasília num compromisso com o presidente da Caixa Econômica Federal. Vamos dar um ultimato à CEF no sentido de criar uma coordenação de habitação rural dentro do banco. Essa é uma posição que a própria presidente Dilma Rousseff já assumiu num encontro das organizações em Chapecó.

Há outro assunto, deputado Sargento Amauri Soares, que vou trazer a esta tribuna na quinta-feira. Recebemos uma documentação da Escola Estadual Básica Prefeito Lauro Zimmermann, do município de Guaramirim, que foi quatro vezes interditada. Nela estudam mais de mil alunos e, infelizmente, praticamente metade dos alunos está sem possibilidade de estudar por falta de atenção da secretaria de estado da Educação.

Na quinta-feira traremos esse assunto para a tribuna, inclusive falando sobre algumas moções que vamos propor, que dizem respeito à Escola Estadual Básica Prefeito Lauro Zimmermann, de Guaramirim.

Mas, como disse há pouco, temos um grande debate acontecendo no Brasil, na Câmara Federal, no Senado, no governo e nas organizações da sociedade, sobre o novo Código Florestal Brasileiro.

O governo da presidente Dilma Rousseff, através dos seus ministérios, acertou uma proposta e está dialogando com o relator do projeto e com os deputados federais sobre as novas regras e políticas relacionadas ao meio ambiente. São temas extremamente polêmicos e complexos, mas o importante é que se chegou a um acordo dentro do governo. Esse debate que está acontecendo hoje, desde as 15h, em Brasília, reúne os ministérios, a Câmara dos Deputados e as entidades para tentar encontrar um caminho para aprovar o Código Florestal Brasileiro. Essa é uma grande expectativa e na semana passada, desta tribuna, fiz alguns comentários sobre a minha posição em relação ao novo Código Florestal Brasileiro.

Não concordamos com os dois extremos construídos tanto do lado produtivista quanto do lado ambientalista, que tem uma posição muito dura em relação à visão produtivista. Então, o caminho a ser buscado é o meio termo, ou seja, o Brasil continuar na linha de frente na preservação ambiental, mas também conseguir produzir, inclusive, dentro da perspectiva de que os agricultores familiares podem gerar renda dentro de áreas preservadas.

Devemos apresentar ainda esta semana, nesta Casa, uma moção relacionada ao Código Florestal Brasileiro, salientando uma das políticas que, na nossa avaliação, são estratégicas para a preservação e manutenção da renda no meio rural, através da renumeração por serviços ambientais prestados. Na nossa avaliação isso tem que estar inserido na nova proposta do Código Florestal Brasileiro. Não dá para discutir isso depois, temos que aproveitar esse momento, como fizemos no estado, deputado Sargento Amauri Soares, quando conseguimos incluir no debate do Código Ambiental que em 180 dias o governo do estado encaminharia uma proposta para o pagamento de serviços ambientais. A proposta foi feita e agora precisamos trabalhar numa perspectiva de implementar o programa.

Os agricultores familiares e as entidades que atuam no meio rural catarinense esperam que o governo implemente a política de pagamento por serviços ambientais aprovada pela Lei n. 15.133, de 2010, desta Casa, e sancionada pelo governo há mais de um ano. Esperamos que ainda este ano sejam implementadas as primeiras iniciativas do programa. Os agricultores estão esperançosos de que Santa Catarina tome essa iniciativa e em nível nacional inclua-se essa política no novo Código Florestal Brasileiro.

Assim reconheceremos que a agricultura familiar cumpre uma função social, ambiental e estratégica no meio rural brasileiro. Queremos um meio rural com pessoas que preservem o meio ambiente, com renda nas propriedades e, principalmente, que valorize os agricultores que produzem com qualidade diferenciada, ou seja, alimentos orgânicos e agroecológicos.

Vamos aproveitar a nossa ida a Brasília para acompanhar essa discussão no Congresso Nacional, juntamente com a nossa bancada federal, para que consigamos aprovar um projeto que, de fato, respeite o meio ambiente e dê condições para que a agricultura familiar, que produz mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores brasileiros, possa produzir orgânica e ecologicamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero cumprimentar todos e rapidamente iniciar meu pronunciamento agradecendo a este Plenário, a esta Casa, a agilidade das comissões em dois projetos, inclusive um que nesta tarde teve aprovada a sua redação final. São dois projetos que possuem, em comum, a característica de instituir dois dias que entendo como muito importantes em nosso estado.

O primeiro projeto ao qual me refiro, que teve aprovada a sua redação final nesta tarde, institui o dia 25 de agosto como o dia em comemoração ao trabalho realizado pela Pastoral da Criança. Trata-se de uma homenagem a uma mulher, já falecida e muito respeitada, um exemplo para todos nós, a querida Zilda Arns, que construiu com dedicação um exemplo de vida e de trabalho em equipe.

O dia 25 de agosto, instituído por esta Casa como o Dia Estadual da Pastoral da Criança, é uma homenagem ao trabalho e à história de Zilda Arns, como também ao trabalho da entidade que ela criou. Assim, no dia 25 de agosto faremos sempre uma reflexão sobre o seu trabalho de valorização da criança e da família, pois somente valorizando os bons exemplos é que construiremos uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Na mesma linha do primeiro projeto a que acabo de me referir, foi aprovado nesta tarde, pelo Plenário, em segundo turno, outro projeto que, espero, amanhã seja aprovada sua redação final, instituindo um dia em comemoração às entidades, às ONGs que fazem um trabalho social sem o braço do estado. Essas entidades fazem o trabalho social que, na grande maioria das vezes, deveria ser feito pelo estado, ou seja, elas suprem a deficiência, a precariedade da estrutura estatal, a incompetência do poder público como um todo.

Essas entidades, as famosas organizações não governamentais que aqui declaramos de utilidade pública e de quem exigimos, a cada ano, uma prestação de contas efetiva do seu trabalho para a manutenção do título, é que queremos homenagear no dia 24 de junho, instituindo-o como o Dia Estadual das Organizações Não Governamentais.

A data foi escolhida por sugestão de várias entidades do município de Blumenau em homenagem à ex-primeira-dama Ruth Cardoso, pelo seu trabalho nessa área e pelo trabalho das comunidades solidárias, um exemplo que fortaleceu as organizações não governamentais do nosso país.

Em homenagem a Ruth Cardoso, em 24 de junho, dia do seu nascimento, comemoraremos o Dia Estadual das ONGs. Quero pedir o apoio dos srs. parlamentares para que possamos aprovar amanhã a redação final desse projeto.

São dois projetos simples, básicos, que demonstram a boa vontade deste Parlamento em privilegiar as boas ações e aqueles que fazem um bom trabalho. Porque o que seria deste país se falássemos apenas das coisas ruins, das coisas negativas, dos maus exemplos? É importante valorizar os bons exemplos e aqueles que fazem o bem ao próximo, que estendem a mão, que ajudam e que valorizam a vida. São essas pessoas que temos que ter como verdadeiros exemplos, e é para elas que apresentei esses dois projetos.

Agradeço do fundo do meu coração! Se cada um fizer a sua parte, sejam as pessoas que aqui estão ou aquelas que estão acompanhando-nos nas suas casas, tenho certeza de que poderemos ter um mundo melhor, um estado mais forte, um exemplo para o nosso país, como um estado cada vez mais pujante.

Muitas vezes as pessoas olham para o lado e veem apenas os exemplos negativos, esquecendo de valorizar os positivos. Que cada um de nós possa dar um exemplo positivo no dia a dia e que realmente possamos homenagear todos aqueles que fazem de Santa Catarina um estado diferente, um estado bom de viver. Com certeza é através dessas iniciativas que vamos conseguir fortalecer o povo catarinense, o nosso estado e continuar fazendo de Santa Catarina o melhor estado brasileiro para viver, o estado mais pujante, com a população mais forte, com mais vontade de crescer e que, muitas vezes, não espera pelo governo e faz a sua parte. É para essas pessoas que rendo a minha homenagem, e, acima de tudo, a homenagem da Assembleia Legislativa, porque é assim que vamos construir uma sociedade mais justa.

Quero aproveitar, sr. presidente, para agradecer ao senador Luiz Henrique da Silveira, que me mandou um material - e deve ter mandado para os demais parlamentares também - com o resultado dos debates feitos pelo Senado, pela Comissão de Reforma Política, um tema que quero trazer a este Parlamento, deputado Nilson Gonçalves, porque é algo que não pode ser esquecido, pois somente conseguiremos aprovar as grandes reformas do país quando tivermos a reforma política aprovada.

Muita gente defende que o valor tem que estar no mandato de forma individual, que temos que valorizar o parlamentar, mas entendo que temos que fortalecer as instituições, porque quando temos um Parlamento, um Poder Judiciário e um Ministério Público forte, temos também uma democracia forte. A democracia somente se fortalece de verdade com instituições fortes, porque são essas instituições que garantem o cumprimento dos preceitos constitucionais individuais, são elas que têm que ser valorizadas.

Quero agradecer, repito, ao senador Luiz Henrique da Silveira por ter-me enviado esse material e quero fazer, de vez em quando, uma reflexão sobre esse assunto porque entendo que fortalecendo as instituições fortaleceremos, automaticamente, os direitos individuais, a construção de uma democracia mais justa, mais voltada para o coletivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Joares Ponticelli, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado Nilson Gonçalves, que preside esta sessão neste momento, gostaria de falar da belíssima São Bento do Sul, entre outros assuntos que pretendo abordar. Mas quero referir-me, primeiramente, a um encontro que ocorrerá no dia 3 de maio, em São Paulo e que vai tratar do *bullying escolar.* Para orgulho nosso, o deputado Joares Ponticelli foi convidado para ser um dos palestrantes, até porque ele é o autor do projeto de lei que criou o Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar em Santa Catarina.

É bem verdade que o assunto é bastante polêmico, porque há aqueles defendem a punição, mas o fato é que esse tema está no auge da discussão, até pelos fatos que têm acontecido no Brasil. Penso que é uma grande oportunidade para Santa Catarina, em especial para este Parlamento, uma vez que o deputado Joares Ponticelli vem sendo um guerreiro nessa luta contra o *bullying*, não somente porque é autor do projeto de lei, mas porque participou de muitos debates e essa é uma de suas bandeiras permanentes neste Parlamento.

O I Simpósio Brasileiro sobre Bullying é promovido pelo sindicato das escolas, em parceria com o *Jornal Jovem,* e trata-se de uma oportunidade para a troca de ideias entre educadores sobre esse problema que é recorrente nas escolas nos últimos anos.

O evento acontece no dia 3 de maio, no salão de eventos do Colégio São Luiz, à rua Luis Coelho, n. 323. Além do deputado Joares Ponticelli, também participarão do evento o deputado federal Vieira da Cunha, do PDT do Rio Grande do Sul, e outras autoridades, universidades, como a da PUC, e entidades.

Portanto, quero registrar a realização desse simpósio e, ao mesmo tempo, cumprimentar o nosso deputado Joares Ponticelli que, como disse, é um grande batalhador e vai-nos representar em São Paulo como palestrante.

Por outro lado, deputado Nilson Gonçalves, estou acompanhando um assunto que me chama a atenção não somente agora, mas há duas décadas, praticamente, sobre o que tem acontecido com relação aos municípios brasileiros. Nas duas últimas décadas foram municipalizados quase todos os serviços públicos, como a educação infantil, o ensino fundamental, a saúde, os serviços da agricultura, da assistência social e até a estrutura de pessoal em órgãos estaduais e federais estão sendo criada pelos municípios, o que não é, na minha visão, competência sua.

Mas o que tem acontecido é que a transferência desses serviços, obviamente, tem sido positiva no aspecto da solução dos problemas, porque quanto mais próximo o governo estiver da população, mais eficiente é a ação governamental, principalmente porque a população tem acesso à prefeitura, ao prefeito, ao vice-prefeito, aos secretários, aos vereadores, ou seja, ao conjunto da administração pública. Já o estado está distante e a união mais ainda.

Então, nesse aspecto a municipalização foi muito boa. Em contrapartida, deputado Nilson Gonçalves, nas últimas duas décadas, aproximadamente, os municípios perderam muito da sua receita. Há aproximadamente 16 ou 18 anos os municípios tinham uma participação na receita do Brasil na ordem de 20%, enquanto hoje ela não ultrapassa 14%.

Não tenho, infelizmente, visto ações concretas para beneficiar os municípios, ou seja, devolver o que eles perderam, até como uma forma de fazer justiça. Mas algo precisa ser feito. Assim, estou propondo-me a fazer um estudo, um pequeno relatório com argumentação, para o nosso partido. Contudo, como o assunto interessa a todos os parlamentares e a todas as administrações municipais, pretendemos socializar a questão.

Certamente que se houver uma forma pela qual os municípios possam ser mais valorizados com retorno de recursos, teremos uma boa solução, uma solução transparente, porque haverá uma melhor fiscalização dos recursos públicos feita pelas Câmaras de Vereadores e pela sociedade, que está muito próxima da administração. Haverá ainda maior eficiência porque as licitações são menores e de mais fácil controle. E quem vai ganhar com isso? Certamente que a população brasileira!

Não podemos continuar esperando por uma solução, devemos tomar a iniciativa e fazer uma ação concreta para que os municípios brasileiros e catarinenses sejam valorizados. Com isso faremos com que a população catarinense tenha o retorno justo e meritório daquilo que paga como tributos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATAS DA 1774ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA JURÍDICA E 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às onze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os colegiados das Procuradorias Jurídica e Legislativa da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes das pautas da 1774ª e 34ª sessões ordinárias. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves; Sérgio Augusto Machado, José Carlos da Silveira e Ptolomeu Bittencourt Junior. Aprovadas a atas das sessões anteriores. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior da Procuradoria Legislativa, com o Ofício CCJ nº 22/2011, Interessado: Presidente da Comissão de Constituição e Justiça "Minuta do Projeto de Lei Complementar de nº 004.0/2011, que revoga o artigo 1º da Lei Complementar nº 485, de 2010", abstendo-se de votar a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, pelo grau de parentesco, aprovado parecer por unanimidade. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 0477/11, de Alaocage Eli Samborski e ao Ofício nº 098/2011/ACK - 12/04/2011, Interessado: Deputado Antônio Aguiar - PMDB "Requer providências necessárias para a devida Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT ao órgão competente (acidente ocorrido no Município de Irineópolis no dia 01/08/2010 as 10:12h)", abstendo-se de votar neste último, o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Consulta - Ofício CL nº 104/2011 - 12/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações

"Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 044/2010-00, celebrado com a Empresa GPL Construções e Consultoria Ltda." e ao Ofício nº 130/11/SBJ/MPSC - 11/04/2011, Interessada: Gladys Afonso - Procuradora de Justiça "Informação sobre subvenções sociais concedidas ao Grupo Jovens Sempre Unidos de Palmitos/SC", aprovados pareceres por unanimidade. 4) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovado parecer por unanimidade a Consulta de 1º/03/2011, Interessado: José Cipriano da Silva - Artista Plástico "Manifestação quanto a legalidade da manifestação de Apoio ao Projeto de Publicação da 2ª Edição do Livro 'Igrejas - Grande Florianópolis', na compra de 50 exemplares do citado livro". 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, incluído extra pauta, Consulta - Ofício CL nº 121/2011 - 20/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Aquisição e instalação de ar condicionado tipo split para a ALESC, que teve o parecer aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 25 de abril de 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 15 DE MARÇO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Ás onze horas, do dia quinze do mês de março do ano de dois mil e onze, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Luciane Carminatti*, os *Deputados: Romildo Titon, Ismael dos Santos e Maurício Skudlark*. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e passou a palavra ao Deputado Ismael dos Santos, que relatou *o* **OF./0006.3/2011,** que foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade colocou em pauta votação e eleição do cargo de Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Ismael do Santos, colocou seu nome e foi aprovado por unanimidade ao Cargo de Vice-Presidente Deliberações: colocou em votação requerimento para Audiência Pública, sobre a Criação da Defensoria Pública em nosso Estado, para ser realizada em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, ouviu a palavra do Presidente daquela Comissão, Deputado Romildo Titon, e demais Membros todos aceitaram de comum acordo, a ser definido data e local. Oficio recebido a Subseção da OAB de Itajai, sobre o grave problema da super lotação do Sistema Prisional da Comarca, ouviu os Deputados Ismael e Deputado Mauricio, que falaram e comentaram da visita do Governador em Itajai e das providencias que estão sendo tomadas; ficou decidido que esta Comissão acompanhara os resultados das providências tomadas e uma futura visita; Recebimento do Presidente da OAB/SC, Relatório de Visitação ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Santa Catarina, elaborado pelo Comitê Catarinense de Combate a Tortura; para conhecimento desta Comissão; OF./003/2011, do Núcleo da Diversidade Sexual da Grande Florianópolis, solicitando Criação da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas de Promoção LGBT de Santa Catarina, s Presidente, solicitou ao Deputado Maurício Skudlark, um parecer sobre o pedido. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de março de 2011.

Deputada Luciane Carminatti
Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INSUMOS, EXCETO CILINDROS, TONERS, GRAMPOS E PAPÉIS, PARA EXECUTAR MANUTENÇÃO EM 04 (QUATRO) IMPRESSORAS KONICA, MODELO 7022; 01 (UMA) IMPRESSORA KONICA, MODELO 7145; 01 (UMA) IMPRESSORA KONICA, MODELO 7255 E 01 (UMA) IMPRESSORA RISO, MODELO RP 3700.

DATA: 05/05/2011 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 05 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 26 de abril de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT.

DATA: 09/05/2011 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 09 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 27 de abril de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1929/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 006/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO**: AQUISIÇAO, COM INSTALAÇAO, DE 1.257 m² DE PERSIANAS HORIZONTAIS EM MADEIRA SINTÉTICA E 110 m² DE PERSIANAS HORIZONTAIS EM ALUMÍNIO.**

LOTE ÚNICO:

EMPRESA VENCEDORA: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP
Valor total global último lance: R$ 372.700,00
Florianópolis, 26 de abril de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 063/2011

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 040/2009-00, celebrado em 18/12/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: VH Informática Ltda

OBJETO: Com base na reivindicação da Contratada, tem por finalidade reajustar os serviços citados nos itens 2.1.1, 2.1.3 e 2.1.4 do contrato original em 11,32% (onze vírgula trinta e dois por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de janeiro/2010 a dezembro/2010, com eficácia a partir da competência janeiro/2011, inclusive, passando o valor mensal do contrato de R$ 284.959,00 (duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e cinquenta e nove reais para R$ 317.222,11 (trezentos e dezessete mil duzentos e vinte e dois reais e onze centavos), representando um acréscimo mensal de R$ 32.263,11 (trinta e dois mil duzentos e sessenta e três reais e onze centavos).

VIGÊNCIA: A contar de 1º de janeiro de 2011

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93; Item 22.12 do Edital de Pregão; Item 3.9 da Cláusula Terceira do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 20 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Baldir Antonio Haubert- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 064/2011

REFERENTE: Termo de Cooperação Técnica CL nº 007/2011-00, celebrado em 11/04/2011.

1º PARTÍCIPE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

2º PARTÍCIPE: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

OBJETO: Inserir a Assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina na nova etapa da campnaha intitulada "Navegação Segura na Internet e Combate a Pedofilia", desenvolvida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através do seu Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Essa campanha almeja a prevenção e o combate à violência virtual, em especial, a prática da pedofilia, no Estado de Santa Catarina, mediante a execução de trabalhos de conscientização junto a estudantes, educadores, famílias e sociedade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, visando os objetivos do presente Termo de Cooperação, no âmbito de suas atribuições, compromete-se a apoiar a campanha objeto deste termo com o fornecimento dos materiais a seguir descritos: 400.000 cartilhas (gibis), 100.00 cartazes, 750.000 folders.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei n. 8.666/93, suas alterações posteriores e autorização administrativa.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Alesc

Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador- Geral de Justiça

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

*** X X X ***

EXTRATO Nº 065/2011

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 044/2010-00, celebrado em 10/08/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.

OBJETO: Alterar qualitativa e quantitativamente o objeto descrito na cláusula segunda do contrato e Anexo I do Edital de Pregão Presencial CL nº 030/2010, visando formalizar a adequação das alterações realizadas no projeto original.

VALOR TOTAL: R$ 708.896,31

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alíneas “a” e “b” combinado com o inciso II, § 1º, da Lei n.º 8.666/93; Item 4.2, Cláusula Quarta do Contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 27 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Lourival Dutra- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO 066/2011

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 002/2011 oriunda do Pregão Presencial CL nº 005/2011.

OBJETO: Aquisição de 1200 (mil duzentas) doses de vacinas influenza di tipo trivalente, fragmentada, inativada, caixa com 10 (dez) unidades, seringas de 0,5 ml, monodose (doses individuais).

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (27º de abril de 2011). FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93 da Lei n.º10.520 de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão CL nº 005/2011.

Nº	Produto	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	CEPA INFLUENZA TIPO A (H1N1) / CEPA INFLUENZA TIPO B / CEPA INFLUENZA TIPO A (H3N2) (VACINA CONTRA GRIPE (ANTÍGENO DE SOLVAY - RMS 10082.0169/001-3 Proc. HOLANDA	1200	R$ 14,00	R$ 16.800,00

1ª REGISTRADA: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Endereço: Rua José Ferreira de Barros, nº 89, Vila Fanny, Curitiba/PR

CEP 81.030-320 Fone/fax (41) 3246-3376

E-mail licitacoes@prohosp.com.br

CNPJ/MF n.º 04.355.394/0001-51

2ª REGISTRADA: SC DISTRIBUIDORA DE VACINAS LTDA

Florianópolis, 27 de abril de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

FÓRUM PARLAMENTAR

Ata da reunião de instalação do Fórum Parlamentar para acompanhar o estado de conservação, a sinalização, os pedágios, os postos de fiscalização e policiamento, os postos de pesagem veicular, e os programas de obras das rodovias estaduais e federais em Santa Catarina, realizada em 31 de março de 2011, as 09 horas e 30 minutos, na sala de Imprensa da Assembleia Legislativa.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta e um de março de dois mil e onze, na sala de Imprensa da Assembleia Legislativa, sob a coordenação da Deputada Luciane Carminatti, foram abertos os trabalhos da reunião de instalação do Fórum Parlamentar para acompanhar o estado de conservação, a sinalização, os pedágios, os postos de fiscalização e policiamento, os postos de pesagem veicular, e os programas de obras das rodovias estaduais e federais em Santa Catarina. Foi registrada a presença das Deputadas Angela Albino, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti; e dos Deputados Antonio Aguiar, Dirceu Dresch, Elizeu Mattos, Jorge Teixeira, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta, Reno Caramori e Sargento Amauri Soares. Também foi registrada a presença do Coronel Norberto Souza, Comandante da Polícia Militar Rodoviária. Após essa etapa inicial, foi sugerida e definida a pauta: 1) Informes; 2) composição e dinâmica de funcionamento do Fórum; 3) eleição da Coordenação do Fórum; e 4) cronograma das primeiras atividades do Fórum. A Deputada Luciane Carminatti apresentou vários dados referentes a malha rodoviária catarinense. O Coronel Norberto Souza elogiou a constituição do Fórum, e se colocou a disposição para contribuir com trabalhos. Vários outros parlamentares se manifestaram, reafirmando a importância do Fórum. Foi estabelecido, consensualmente, que poderão participar das reuniões do Fórum os Parlamentares indicados pelas suas respectivas Bancadas, na forma do Regimento, e também os demais Parlamentares que queiram colaborar com os trabalhos do Fórum. Logo após foi indicada e eleita, de forma consensual, a Deputada Luciane Carminatti como Presidenta do Fórum. Dando seqüência aos pontos de pauta, ficou definido que o Fórum fará um convite ao senhor Valdir Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestutura venha na Assembleia Legislativa para expor sobre a atual situação das rodovias estaduais e apresentar o programa de obras para as mesmas. Para esse evento, também serão convidados, o Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura, o Comandante da Polícia Militar Rodoviária e o Presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logísticas no Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar a senhora Presidenta agradeceu a presença de todos presentes na reunião de instalação do Fórum, e encerrou a presente reunião, da qual eu, Antonio Marco Silveira Duarte, servidor da Assembleia Legislativa sob a matrícula 3429, na condição de secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Imprensa, em 31 de março de 2011.

Deputada Luciane Carminatti
Presidenta do Fórum Parlamentar

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 70

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estreita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea, "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Casa Legislativa que o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado deverá ausentar-se do País entre os dias 12 e 22 de abril do corrente ano, em caráter particular, sem acarretar ônus ao erário.

Florianópolis, 15 de abril de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
Of. Nº 054/GVG/11

Florianópolis, 8 de abril de 2011

Excelentíssimo Senhor
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado de Santa Catarina

Senhor Governador,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que realizarei viagem ao exterior no período de 12 a 22 de abril de 2011, com objetivos particulares.

Respeitosamente,

EDUARDO PINHO MOREIRA
Vice-Governador do Estado de Santa Catarina

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 096/11
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará - APAE

Tangará, SC, 15 de Abril de 2011.
Exmo. Sr.
Gelson Merisio
Presidente da Assembleia Legislativa
Estado de Santa Catarina
Senhor Presidente,
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tangará junto ao prazer em cumprimentá-lo, vimos por meio deste, encaminhar a documentação de prestação de contas da Utilidade Pública Estadual.
Desde já antecipamos nossos sinceros agradecimentos e votos de estima e distinta consideração.
Atenciosamente.

Ivanilde A. Bevilaqua
Secretaria APAE

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 097/11
ABCOBE - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS BN

ABCOB OF. Nº 0005/2011 Braço do Norte, 02 de Abril de 2011
Excelentíssimo Senhor,
GELSON MERISIO
Deputado Estadual
Presidente da Assembleia Legislativa Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências da lei Estadual nº 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Bombeiros Comunitários de Barço do Norte, CNPJ nº 03.395.132/0001-58, com endereço para correspondência na Rua Osvaldo Westphal, nº 250 Centro - Braço do Norte, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 11.578 de 10 de Novembro de 2000.

Pede Deferimento,

JOCEONI LUNARDI PICKLER
Presidente da Associação dos Bombeiros
Comunitários de Braço do Norte

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 098/11
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRANI
Mantenedora da: "ESCOLA ESPECIAL ARCO ÍRIS - APAE"

OF. Nº 12/2011 Irani, 19 de Março de 2011
Ao Exmo Sr.
Deputado Gelson Merisio
Câmara dos Deputados
Palácio Barriga Verde.
Prezado Senhor:

Venho por meio deste encaminhar a vossa senhoria:
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 2010;
BALANCETE CONTÁBIL;
ATESTADO DE FUNCIONAMENTO ASSINADO PELA PREFEITA;
CERTIDÃO ATUALIZADA DO REGISTRO DA ENTIDADE NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

ELZA MARIA DEOLA
E.E. Arco-Iris APAE
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 099/11
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Ofício nº 09 Meleiro, 06 de abril de 2011
GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa de SC
Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste encaminhar a Vossa Excelência o Relatório Circunstanciado, o Balancete de 2010 e a publicação do jornal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Meleiro, Relatório de Atividades 2010, para poder receber a Certidão de Utilidade Pública Federal, Fundo social e outros benefícios.

Certos de sermos atendidos desde já agradecemos
Atenciosamente,

JONAS COSTA OSTETTO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 100/11
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José
Escola Especial Irineu Bornhausen

Ofício Circular nº 043/11 São José, 11 de abril de 2011.
Exmo. Sr.
Deputado Gelson Merisio
Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Exmo Sr. Deputado,

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José vem encaminhar a Vossa Senhoria, Relatório de Atividades 2010, Cópia do Atestado de Funcionamento, Cópia da Certidão atualizada do registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Cópia do Balanço Patrimonial e Parecer do Conselho Fiscal.

Desde já agradecemos à atenção, aproveitamos o momento para reiterar nosso protesto de consideração e apreço.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemos-nos.

Cordialmente,
Amélia Inácia Medeiros Ludwig
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 101/11
APAE - RANCHO QUEIMADO

OF. nº 27/11 Rancho Queimado, 13 de abril de 2011.
Ilmo Senhor,
Deputado Gelson Merisio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Vimos através deste encaminhar prestação de contas do exercício do ano anterior visando a manutenção do título de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL,** conforme Lei 15.125.
Sendo o que se apresenta para o momento.

Wanderson Westefal Boeing
Presidente da APAE de Rancho Queimado-SC

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/11

*** X X X ***

OFICIO 102/11

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MISERICORDIA DE VILA ITOUPAVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA, mantenedora do **HOSPITALAR MISERICORDIA,** entidade sediada na Rua Max Haufe nº 211, em Vila Itoupava, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. a prestação de contas concernente ao exercício social de 2010, juntando, para tanto, o Relatório de Atividade, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais peças contábeis, relativo às atividades desenvolvidas no aludido exercício, comparado a 2009, face à sua condição de entidade declarada de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**, através da Lei nº 3.414, de 03/04/1964, para fins de manutenção de entidade de fins filantrópicos e, para tanto, requer se digne determinar seja expedida certidão, confirmando que esta entidade continua fazendo jus ao mencionado título.

Anexo, seguem os documentos acima relacionados.

Nestes Termos

Pede deferimento

Blumenau, 18 de abril de 2011

Hellmuth Danker

Presidente do Conselho Diretor

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 103/11

ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE OTACÌLIO COSTA

Of. nº 013/11 Otacílio Costa, 08 de Abril de 2011

Excelentíssimo Senhor

GELSON LUIZ MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo ás exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos anexo, para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Otacílio Costa, CNPJ 04.960.739/0001-04, com endereço para correspondência na SC 425, Km 55, Poço Rico - Otacílio Costa, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 10.977 de 24 de novembro de 2003.

Pede Deferimento,

ROBSON OLIVEIRA MEDEIROS

Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários

Otacílio Costa - SC

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/2011

*** X X X ***

OFICIO Nº 104/11

APOCA

Associação dos Pacientes Oncológicos da Regiançio de Canoinhas

Canoinhas(SC), 25 de Abril de 2011.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Estamos enviando a Prestação de Contas referente ao Título de Utilidade Publíca Estadual da Associação dos Pacientes Oncologicos da região de Canoinhas, correspondente ao ano de 2010.

Qualquer dúvida estamos a disposição atráves do telefone 47 3622 7536 ou 47 84034864, com Cristiane.

Atenciosamente

Ernestina de lima Gonçalves

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/2011

*** X X X ***

OFICIO Nº 105/11

ASSOCIAÇAO JOÃO PAULO II

Ponte do Imaruim, 25 de abril de 2011.

Ao setor

Diretoria Legislativa

Assembléia Legislativa

Florianopólis/SC

Ilmos Srs.

Vimos atráves deste, em caráter de prestação de contas referente ao registro de Utilidade Pública Estadual, da Associação João Paulo II, lhes encaminhar os documentos que seguem:

- Relatório Anual de Atividades e Demonstrativo Financeiro 2010:
- Atestado de Funcionario:
- Certidão de Registro da Entidade.

Esperamos que os documentos acima mencionados atendam as exigências necessárias, e estamos a disposição para eventuais esclarecimentos e informações.

Cordialmente,

Jose da Silva Mattos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1946, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **NEREU CANDIDO MARTINHAGO**, matrícula nº 6072, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1947, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ELDA SALETE MARTINHAGO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1948, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GISELE CORDEIRO PADILHA**, matrícula nº 6498, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Reno Caramori).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1949, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GISELE CORDEIRO PADILHA, matrícula nº 6498, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Reno Caramori).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1950, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A **PEDIDO** o servidor **JOÃO AGOSTINHO WENUKA**, matrícula nº 6572, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Neodi Saretta).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1951, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CIRO PADOAN**, matrícula nº 6203, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Liderança do DEM).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1952, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR AMILTON ASCARI, matrícula nº 3452, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do DEM).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1953, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GERT STAUDINGER**, matrícula nº 6396, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1954, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GERT STAUDINGER, matrícula nº 6396, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1955, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **PATRICIA WESTPHAL MOJE** GIACOMINI, matrícula nº 6150, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-**02**, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1956, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PATRICIA WESTPHAL MOJE GIACOMINI, matrícula nº 6150, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1957, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LEANDRO DE ABREU RAFAELI**, matrícula nº 6251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1958, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LEANDRO DE ABREU RAFAELI, matrícula nº 6251, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1959, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA**, matrícula nº 4420, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1960, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA, matrícula nº 4420, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1961, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	60	14/04/11	0560/11
2159	Vilson Jose Floriano	02	14/04/11	0562/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1962, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0676	Marlene Rosa	60	17/04/11	0567/11
6318	Eduardo Luiz Venturin	30	18/04/11	0563/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1963, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1141	Laura Brasca	21	23/03/11	0565/11
0687	Maria Inês Catalano	90	24/03/11	0564/11
1363	Maria Alice de Athayde Furtado Krieger	60	13/04/11	0559/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1964, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput, *da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1533	Miriam Cristina Valle Dalbosco	15	28/03/11	0566/11
2097	Rocler Rech	15	18/04/11	0561/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1965, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA FERNANDA MORETTI, matrícula nº 4704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (CGP - Colegiado de Bancadas).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1966, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSE NATAL PEREIRA, matrícula nº 5388, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (CGP - Colegiado de Bancadas).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1967, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LUZ GONZAGA LIMA**, matrícula nº 3541, na DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1968, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1969, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PEDRO CESAR DA SILVA FARACO**, matrícula nº 6422, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1970, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SILVIA BÚRIGO TOMELIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1971, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CIRO PADOAN, matrícula nº 6203, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1972, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VINICIUS RUARO**, matrícula nº 6492, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1973, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VINICIUS RUARO, matrícula nº 6492, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-18, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1974, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SANDRA VICTORIA DE AGUIAR**, matrícula nº 6804, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1975, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SANDRA VICTORIA DE AGUIAR, matrícula nº 6804, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1976, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SERGIO LUIZ WEBER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1977, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CLAUDINEI DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1978, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GLADIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (CGP - Colegiado de Bancadas).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1979, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADENOR ROQUE ZANFERRARI**, matrícula nº 4988, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1980, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADENOR ROQUE ZANFERRARI, matrícula nº 4988, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1981, de 27 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de **1985**, em conformidade com as Resoluções nºs **001** e 002/**2006**, e alterações,*

NOMEAR SABINO MINELLA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 124/11

Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica de Amparo aos Policiais Militares de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Filantrópica de Amparo aos Policiais Militares de Santa Catarina - AFAPOM, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/2011

JUSTIFICATIVA

A Associação Filantrópica de Amparo aos Policiais Militares de Santa Catarina - AFAPOM, foi instituída em 11 de outubro de 2006, não possui fins lucrativos e é formada por esposas de militares e por policiais femininas, com o objetivo de promover ações com resultado estritamente voltado aos policiais militares, mais especialmente aos praças da Polícia Militar do Estado, para socorrê-los em situações de vulnerabilidade, calamidade ou em condições de saúde debilitada, contribuindo para melhorar a integração entre os policiais militares e a sua corporação.

Foi fundada em 11 de outubro de 2006 e, a partir de então, as associadas e voluntárias têm se empenhado em diversas frentes de trabalho, visando minimizar os momentos difíceis de muitos dos militares e seus familiares.

Desta forma e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 125/11

Regulamenta a oferta de serviços do tipo *"couvert artístico"* no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Artigo 1º. Os restaurantes, lanchonetes, bares e seus congêneres, que oferecem serviços de *"couvert artístico"*, deverão fixar em local de visível acesso ao consumidor a descrição clara do preço pago a mais pelo serviço.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se como *"couvert artístico"* a taxa pré-estabelecida que o cliente paga pela música ao vivo e que é repassada integral ou parcialmente ao músico, dependendo do acordo feito com o dono do estabelecimento.

Artigo 2º. Fica vedado aos estabelecimentos descritos no artigo anterior a cobrança do serviço de *"couvert artístico"* ao consumidor sem que o mesmo tenha solicitado.

§ 1º. O serviço prestado em desconformidade com o previsto no caput não gerará qualquer obrigação de pagamento.

Artigo 3º. A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no artigo 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.

Artigo 4º. Ulterior disposição regulamentar desta Lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

Artigo 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º. Esta Lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/2011

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, verifica-se que conforme o artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal, competem aos Estados legislar sobre assuntos referentes à produção e ao consumo, bem como responsabilidade por danos causados ao consumidor. Assim, com base nas premissas aqui emitidas, também cabe ao Estado legislar sobre a matéria que ora se discute.

De acordo com a Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, é assegurado ao consumidor o direito básico à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de preços. Nessa linha, o mesmo diploma legal também afirma que é vedado o fornecimento de serviços sem solicitação prévia.

Infelizmente, observa-se que a referida norma não vem sendo respeitada por uma série de estabelecimentos. Apesar do Código de Defesa do Consumidor já ser uma importante ferramenta em favor da parte mais vulnerável, suas regras são gerais, amplas, o que acaba abrindo margem para eventuais descumprimentos, gerando dúvida em grande parte da população. Assim, torna-se imprescindível e fundamental a edição de uma Lei estadual direta e específica sobre o tema.

É exatamente por isso que propomos o presente projeto. Não são poucos os problemas e as reclamações que versam sobre o popular *"couvert artístico"*, que vão desde a falta de informação clara sobre o preço, falta de aviso prévio e anuência do consumidor, entre outros.

Assim sendo, ante a motivação exposta, pedimos o voto favorável dos Nobres Membros desta Assembleia, por se tratar de medida de relevante interesse público.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 126/11

Institui o parcelamento para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e dá outras providências.

Art. 1º O pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) poderá ser parcelado em até seis vezes.

§ 1º As parcelas vencerão sempre no último dia útil de cada mês, não podendo incidir nenhum tipo de correção ou juros.

§ 2º No caso do contribuinte optar por parcela única e antecipada terá direito a desconto de 10% (dez por cento) do valor total.

Art. 2. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/2011

JUSTIFICATIVA

A crescente arrecadação fiscal, resultante da bem sucedida política econômica do governo do Estado, nos faz apresentar a proposição que visa a ampliar o parcelamento do IPVA. Tal medida, embora tenha pouco impacto para o governo, é de alta relevância para o cidadão catarinense que pode melhorar a gestão de seu fluxo de caixa durante o ano, podendo distribuir de maneira mais efetiva as suas despesas sem que tenha que recorrer a empréstimos a juros elevados. Assim, evidencia-se a relevância da proposição aqui apresentada que, com certeza, contará com o apoio integral de meus pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 127/11

Declara de utilidade pública a Associação Espaço Cultural Aberto - Escua, de Bom Retiro.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Espaço Cultural Aberto - Escua, com sede no município de Bom Retiro.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/2011

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade publica a Associação Espaço Cultural Aberto, com sede no município de Bom Retiro.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade promover a integração e a amizade por meio do convívio fraterno e harmonioso com a comunidade, resgatar e promover as tradições da cultura, desenvolver a arte da dança naquela região, dentre outras, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 128/11

"Declara de utilidade pública a ADEC - Associação Desenvolvimento Esporte e Cultura, com sede no município de Anchieta - SC."

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **"ADEC - Associação Desenvolvimento Esporte e Cultura"**, com sede e foro na Cidade, Município e Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2011.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente
Sessão de 27/04/2011

JUSTIFICATIVA

A "ADEC - Associação Desenvolvimento Esporte e Cultura", com sede e foro na Cidade, Município e Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina Centro, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 14 de novembro de 2009, tem como objetivo primordial unir e congregar todos os associados, pessoas idôneas de comprovada moralidade, manter relação de intercâmbio social, recreativo, desportivo e cultural dos cidadãos da cidade de Anchieta/SC.

Pelo acima exposto e considerando os propósitos a que se destina a referida entidade, considerando a documentação comprobatória da conveniência e legalidade da proposição, conforme consta em anexo, submeto à elevada consideração e aprovação de Vossas Excelências, certo da aprovação da declaração de Utilidade Pública pelo presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 129/11

Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento da Obesidade Mórbida.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento da Obesidade Mórbida, a ser realizada anualmente na última semana do mês de setembro.

Art. 2º A Semana Estadual de Educação Preventiva e Enfrentamento da Obesidade Mórbida tem como objetivo:

I - promover a divulgação de ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas com a obesidade;

II - contribuir para o desenvolvimento de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos pelos portadores de obesidade; e

III - garantir a democratização de informações sobre as técnicas e procedimentos cirúrgicos e pós-cirúrgicos existentes na área de Gastroplastia.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comim

Lido no Expediente
Sessão de 27/04/2011

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Ministério da Saúde, 48% da população brasileira está acima do peso, fenômeno ligado principalmente à mudança do padrão alimentar. O excesso do consumo de produtos industrializados, aliado ao sedentarismo, é apontado como principal causa do aumento da obesidade.

A pesquisa do Ministério da Saúde revela ainda, que a obesidade é uma disfunção que já atinge aproximadamente 15% da população adulta no Brasil e está relacionada a diversos problemas de saúde, comprometendo o bem-estar dos indivíduos, inclusive colocando suas vidas em risco.

Trata-se, sem dúvida, de um grave problema de saúde pública que está atingindo proporções endêmicas e, na realidade, pouco tem sido feito no sentido de orientação quanto aos graves riscos que a obesidade mórbida representa aos portadores.

Da mesma forma, em que pese a magnitude social da obesidade na população brasileira e suas consequências, o tratamento adequado ao paciente portador de obesidade mórbida ainda não está ao alcance de todos.

A obesidade mórbida exige um tratamento especializado. Na grande maioria dos casos, não há uma resposta satisfatória por meio dos tratamentos conservadores que envolvem mudança de hábitos alimentares e exercícios físicos.

O tratamento da obesidade mórbida exige uma atenção especial do Poder Público, sem excluir a participação da sociedade no enfrentamento desse problema que aumenta progressivamente, atingindo cerca de um terço da população.

É nesse sentido e nesse grave contexto que proponho "Instituir a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento da Obesidade Mórbida", oportunidade em que serão realizadas várias atividades com o fito de divulgar ações voltadas para a promoção da saúde e prevenção de danos aos portadores da obesidade, visando alcançar um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 130/11

Dispõe sobre a prioridade de atendimento psicoterápico e de cirurgia plástica reparadora, na rede pública de saúde no âmbito do Estado, para a mulher vítima de violência doméstica e familiar e dá outras providências.

Art. 1º Fica estabelecida a prioridade de atendimento psicoterápico e de cirurgia plástica reparadora, na rede pública de saúde no Estado de Santa Catarina, para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, da qual resulte dano físico e estético.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, caracteriza-se o dano estético, quando a mulher passar a apresentar, em decorrência de violência, qualquer deformidade ou deficiência em relação aos parâmetros clínicos estéticos reconhecidos pela comunidade médica.

Art. 2º Os hospitais públicos e demais serviços públicos de saúde, referências em cirurgia plástica do Estado de Santa Catarina, quando for comprovada a agressão que lesionou a mulher, a existência de dano à sua integridade física, realizarão, prioritariamente, procedimento cirúrgico estético, com a finalidade de restaurar a integridade física daquela.

Parágrafo único - Comprovada a agressão por boletim de ocorrência policial e o dano estético e a deformidade por laudo médico, deverá ser feita, após autorização da vítima, a inscrição em cadastro na Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A inscrição da vítima no cadastro do Sistema Único de Saúde - SUS determinará a ordem de atendimento da mulher no serviço público de saúde, ressalvando-se os casos de risco iminente de dano irreversível, em que seja imprescindível a intervenção imediata dos profissionais responsáveis pelo atendimento.

Art. 4º Para a aplicação desta Lei deverão ser promovidas a capacitação e o treinamento dos profissionais de saúde, para o acolhimento e a assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Kennedy Nunes

Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 27/04/2011

JUSTIFICATIVA

O atendimento prioritário às mulheres vítimas de agressão doméstica e familiar, para cirurgia plástica reparadora dos danos estéticos sofridos, atendimento psicoterápico, devolverá àquela a aparência anterior e a autoestima, dando-lhe nova vida.

Em São Paulo tramita um Projeto de Lei nº 402, de 2010, do Deputado Jorge Caruso, com parecer favorável em 15 de fevereiro de 2011.

No Rio Grande do Sul foi aprovado o projeto do deputado estadual Raul Carrion, dando origem a Lei 13.448/2010 que permite a mulher vítima de agressão doméstica e familiar, fazer a cirurgia plástica reparadora, quando esta for comprovada.

De acordo com esses projetos a mulher terá preferência no serviço e os profissionais envolvidos serão capacitados para acolhê-la.

Para receber o serviço é necessária a comprovação, por meio do boletim de ocorrência policial e/ou laudo médico, da agressão sofrida e dos danos provocados. Assim, comprovada o dano estético e deformidade física, a mulher poderá utilizar, com prioridade, o serviço de saúde do Estado de Santa Catarina.

A Lei 11340/06, Lei Maria da Penha, assim dispõe:

"Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentementede coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual".

A Constituição Federal dispõe no art. 196:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Ante o exposto, espero dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 131/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais nos acessos das escolas públicas e privadas sediadas no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Ficam as escolas públicas e privadas sediadas no Estado de Santa Catarina obrigadas a instalarem em seus acessos detectores de metais.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá a regulamentação acerca dos critérios da instalação dos equipamentos detectores de metais, as condições de fiscalização e as sanções cabíveis em caso de descumprimento desta Lei, no prazo de sessenta dias.

Art. 3º Fica concedido o prazo de cento e vinte dias, a contar da regulamentação, para as escolas enquadrem-se nas disposições desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 27/04/2011

JUSTIFICATIVA

A proposição que apresento a este Parlamento tem a intenção de disciplinar a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais nos acessos dos estabelecimentos escolares públicos e privados sediados no Estado de Santa Catarina.

Com efeito, acontecimentos recentes, além de outros já verificados ao longo da história, ensejam a extrema preocupação das instituições públicas e privadas, além da urgente adaptação dos estabelecimentos escolares trazendo condições mais seguras.

Ocorre que, principalmente, as crianças e os adolescentes estão mais vulneráveis nessas unidades, as quais deveriam ser definidas como lugares a oferecer maior tranquilidade a elas próprias e aos seus pais/familiares.

Destarte, os equipamentos identificados como detectores de metais têm sido intensificadamente difundidos como instrumentos de exemplo do uso da tecnologia a serviço da cidadania. Muitas foram as normatizações neste País que instituíram obrigatoriedade de utilização desse recurso para facilitar a segurança, como a compulsoriedade de disposição no acesso às instituições bancárias, entre outros.

Contudo, a necessidade de instituir melhor materialização da segurança em ambientes que, diariamente, possuem intenso movimento de pessoas apresenta-se como premente.

Ademais, é lamentável lembrar o triste acontecimento recentemente vivido na localidade de Realengo, no Estado do Rio de Janeiro, o qual, pela sua própria essência, tornou-se público e notório em seus detalhes. Esta matéria converge na imperiosidade da instituição de novos modelos nesses estabelecimentos, promovendo o aperfeiçoamento da defesa da integridade física humana.

Ainda, cumpre enfatizar que legislar em matéria de segurança pública é da competência desta Casa Legislativa.

Assim, solicito aos Pares desta Casa a aprovação da iniciativa que ora apresento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 132/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 78

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a compensação financeira de créditos do Estado junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011".

Florianópolis, 20 de abril de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 27/04/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 24 de marco de 2011.

Ao Governador do Estado
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 040/2011

Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei, em anexo, que "*Autoriza a compensação financeira de créditos do Estado junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A-BADESC, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas de janeiro e fevereiro de 2011.*"

Cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência, na oportunidade, que com esta medida o Governo do Estado busca, por intermédio do BADESC, auxiliar na recuperação econômica e financeira dos empreendimentos empresariais localizados em Municípios Catarinenses afetados pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro do corrente ano. Segundo o anteprojeto, as empresas poderão receber apoio de financiamentos do BADESC, sob duas modalidades de crédito: *'Capital de Giro Empresarial'* e *'Reposição de Máquinas, Equipamentos, Construção e Reforma',* abrangendo, assim, de forma ampla, as atividades empresariais que possam ter sido atingidas.

A proposta pretende que as empresas que contratarem financiamento com o BADESC somente pagarão o valor correspondente a amortização da divida, **sendo os juros subsidiados pelo Estado,** por intermédio de COMPENSAÇÃO FINANCEIRA a ser efetuada entre a Secretaria de Estado da Fazenda e aquela Agência de Fomento, por conta dos valores referentes aos *'juros sobre capital próprio'* (ou seja, aos bônus de ações) devidos ao Estado, **ate o limite de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ao longo de 4 (quatro) anos.** Na verdade, o Estado não desembolsa valores, apenas deixa de receber uma parte dos dividendos que lhe são devidos e, ainda assim, num montante **bem inferior ao crédito anual** devido pelo BADESC que, atualmente, gira em torno de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).

Destaco, ainda, que a matéria já foi objeto de **aprovação pela Diretoria do BADESC** (conforme comprova a documentação em anexo) e que os programas de financiamento daquela Agência de Fomento, através de recursos próprios (BADESC Fomento e BADESC Microempresa), **praticam taxas de juros maiores, com relação ao setor privado,** que variam de 10,8% a 14,8% ao ano, acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6% ao ano.

A proposta prevê, portanto, uma linha de crédito que operará com taxas de juros **inferiores às atualmente praticadas para o setor privado,** como forma de auxiliar na recuperação econômica e financeira das atividades empresariais afetadas pelas catástrofes climáticas de que trata a Lei.

Ressalto, finalmente, que **procedimento semelhante já ocorre no Estado,** por intermédio do BADESC-Cidades, um Programa que financia os Municípios Catarinenses na construção de obras de infraestrutura e benfeitorias, atuando com **taxas de juros subsidiadas** onde o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH é inferior a 90%, conforme Leis nº 12.120 de 2002 e nº 14.610 de 2009, bem como Decreto nº 4.185 de 2002.

Em face do exposto, manifesto-me pelo envio de Mensagem à Assembleia Legislativa Estadual, submetendo à apreciação o Projeto de Lei em anexo.

Atenciosamente,

UBIRATAN SIMÕES REZENDE
Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 132/11

Autoriza a compensação financeira de créditos do Estado junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a compensação financeira de créditos do Estado, correspondentes aos *juros sobre capital próprio* da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, até o limite de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), durante 4 (quatro) anos, para atendimento emergencial de atividades empresariais localizadas em municípios catarinenses diretamente atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011 que tenham decretado estado de calamidade pública, com homologação pelo Estado.

Parágrafo único. A compensação financeira de que trata o *caput* será utilizada, exclusivamente, com relação às seguintes modalidades de crédito praticadas pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, observados os valores e limites abaixo estipulados:

I - modalidade de crédito *Capital de Giro Empresarial*, com um valor total alocado de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e taxa de juros de 9% (nove por cento) ao ano mais TJLP de 6% (seis por cento), tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e

II - modalidade de crédito *Reposição de Máquinas e Equipamentos, Construção e Reforma*, com um valor total alocado de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano mais TJLP de 6% (seis por cento), tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º As empresas que contratarem financiamentos referidos no parágrafo único do art. 1º somente pagarão os valores correspondentes à amortização da dívida, ficando os juros mais TJLP sob a responsabilidade do Estado, por intermédio da compensação financeira de que trata esta Lei.

Art. 3º Para acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo Estado, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC encaminhará à Secretaria de Estado da Fazenda, semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos com base nesta Lei.

Art. 4º A responsabilidade pela comprovação físico-financeira por parte dos beneficiários, no que tange à aplicação dos recursos recebidos, caberá à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC.

Art. 5º O prazo para acesso ao crédito de que trata esta Lei é de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO Nº 005.3/11

Altera a redação do parágrafo segundo do artigo noventa da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O parágrafo segundo do artigo noventa da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90. .....

§ 2º Os juízes auditores terão, as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos magistrados estaduais da ultima entrância, exceto o acesso por promoção ao Tribunal de Justiça;

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Mattos
Deputado kennedy Nunes
Deputado Reno Caramori
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Moacir Sopelsa
Deputada Luciane Maria Carminatti
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Jean kuhlmann
Deputado Dirce Heiderscheidt
Deputado Dado Cherem
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dado Cherem
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Reno Caramori
Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 27/04/11

JUSTIFICATIVA

A presente matéria objetiva vedar o acesso por promoção de juízes militares ao Tribunal de Justiça. Quanto à legitimidade da iniciativa parlamentar da presente matéria, não há nenhum óbice legal, pois a referida matéria não está inserida no rol de leis privativas do Governador do Estado, estabelecidas nos incisos I a VI do § 2º do art. 50 da Constituição Estadual e por ter competência esta Casa para deflagrar Proposta de Emenda Constitucional, conforme prescreve o art. 49 da Constituição do Estado.

No que respeita aos seus aspectos formais, a proposição se encontra redigida de forma adequada à boa técnica legislativa e conforme o que determina a Lei Complementar n.º 95, de 1998. Desta feita, nada há a obstar quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria, seja quanto à iniciativa, seja quanto ao seu conteúdo normativo.

Desse modo, considerando a sintonia formal e material com os ditames das normas superiores do ordenamento jurídico nacional e estadual, solicitamos aos nobres Deputados e Deputadas desta Casa a rápida tramitação e aprovação da proposta.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 488/09

Cria o sistema de verificação de furto ou roubo de veículo automotor junto aos postos e praças de pedágio instalados nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criado o sistema de verificação de furto ou roubo de veículo automotor junto aos postos e praças de pedágio instalados nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O sistema de verificação previsto no *caput* será implementado de forma a integrar o sistema de informação da Polícia Civil, disponibilizando as informações ao sistema de identificação dos postos e praças de pedágio.

§ 2º Identificado o veículo e constatada a situação de furto ou roubo, os postos e praças de pedágio notificarão imediatamente a autoridade policial.

Art. 2º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, firmará convênio com as empresas concessionárias de pedágio para a implementação do sistema decorrente da aplicação da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 018/2011

Institui o Dia Estadual da Pastoral da Criança.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Pastoral da Criança no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual da Pastoral da Criança no Estado de Santa Catarina será comemorado, anualmente, no dia 25 de agosto.

Art. 2º O Governo do Estado, em parceria com os movimentos sociais, poderá promover ampla divulgação e realização de atividades alusivas ao evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/019.1/2011

O Projeto de lei nº 0019.1/2011, passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0019/2011

Institui o Dia Estadual das Organizações não Governamentais.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual das Organizações não Governamentais.

Parágrafo único. O Dia Estadual das Organizações não Governamentais será comemorado anualmente no dia 24 de junho.

Art. 2º O Dia Estadual das Organizações não Governamentais tem os seguintes objetivos:

I - incentivar a participação em Organizações não Governamentais; e

II - divulgar as ações desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões
Deputado Dado Cherem

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 20/04/11
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 26/04/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 019/2011

Institui o Dia Estadual das Organizações não Governamentais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual das Organizações não Governamentais.

Parágrafo único. O Dia Estadual das Organizações não Governamentais será comemorado, anualmente, no dia 24 de junho.

Art. 2º O Dia Estadual das Organizações não Governamentais tem os seguintes objetivos:

I - incentivar a participação em Organizações não Governamentais; e

II - divulgar as ações desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***